



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

FRANKLIN FALCÃO

**A DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM CRIADA PARA O MITO POLÍTICO JOÃO
PESSOA NA PARAÍBA**

CAMPINA GRANDE

2023

FRANKLIN FALCÃO

**A DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM CRIADA PARA O MITO POLÍTICO JOÃO
PESSOA NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de História do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em História.

Área de Concentração: Estudos do Brasil

Linha de pesquisa: Relações de Poder, Subjetividade e Cultura Política

Orientador: Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior

CAMPINA GRANDE

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F178d Falcao, Franklin.
A desconstrução da imagem criada para o mito político
João Pessoa na Paraíba [manuscrito] / Franklin Falcao. - 2023.
42 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior,
Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. Revolução de 1930. 2. História da Paraíba. 3. História
política. I. Título

21. ed. CDD 981.33

FRANKLIN FALCÃO

**A DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM CRIADA PARA O MITO POLÍTICO JOÃO
PESSOA NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de História do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em História.

Área de Concentração: Estudos do Brasil

Linha de pesquisa: Relações de Poder, Subjetividade e Cultura Política

Aprovado em: 10/07/2023

BANCA EXAMINADORA

Jose dos Santos Costa Junior

Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Hilmária Xavier Ribeiro

Profa. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

MARIA LETÍCIA COSTA VIEIRA

Profa. Me. Maria Letícia Costa Vieira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho de pesquisa a todos que contribuíram direta ou indiretamente com o incentivo para esse meu retorno a Universidade, em especial ao meu cunhado Marcelo Nóbrega, meu irmão Wyllyamson Falcão, minha esposa Elione Nóbrega Falcão e meus filhos Felipe, Eduardo e Rafael.

“A História é contada pelos vencedores”.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 01 e 02 – Última foto tirada por João Pessoa e o presidente em seu gabinete	15
Figuras 03 e 04 – Cândido Pessoa (irmão de João Pessoa)/Francisco Pessoa de Queiroz e João Pessoa de Queiroz (primos do presidente)	17
Figuras 05 e 06 – Foto dos candidatos escolhidos por João Pessoa/Comunicado da chapa escolhida por João Pessoa	20
Figuras 07 e 08 – Estátua de Epitácio Pessoa em frente à casa de José Pereira/Coronel José Pereira e Virgulino Ferreira (Lampião)	23
Figuras 09 e 10 – Vítimas da Revolta de Princesa/Coronel José Pereira e suas tropas	23
Figuras 11 e 12 – Anayde Beiriz e João Dantas	25
Figuras 13 e 14 – Distância entre o escritório de João Dantas e o gabinete do presidente/Móveis e documentos do escritório de João Dantas destruídos	25
Figuras 15 e 16 – João Dantas e o corpo de João Pessoa/Velório de João Pessoa em Recife (PE) e as balas que atingiram seu corpo	31
Figuras 17 e 18 – Corpos de João Dantas e Augusto Caldas manipulados.....	31
Figuras 19 – Chegada do corpo de João Pessoa à Paraíba, na foto está presente o autor José Joffily	32
Figuras 20 e 21 – Painel pintado com a imagem de João Pessoa “santificado”/”Altar da Pátria”, construído para adoração e reza à alma de João Pessoa	34
Figuras 22 e 23 – Assis Chateaubriand e chegada do corpo de João Pessoa/Cortejo fúnebre e embarque do corpo de João Pessoa para viagem de navio ao Rio de Janeiro	36

Figuras 24 e 25 – Bandeira do estado da Paraíba antes e depois da Revolução de 1930. Artigo do Padre Zé Coutinho, responsável por arregimentar populares para a seção que fez a mudança do nome da capital 38

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

BA	Bahia
CEL	Coronel
DR.	Doutor
D.	Dona
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba
MIN.	Ministro
PE	Pernambuco
PB	Paraíba
PRES.	Presidente
SR.	Senhor
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O GOVERNO DE JOÃO PESSOA NA PARAÍBA E OS PERSONAGENS DOS TRÁGICOS EVENTOS DE JULHO DE 1930	13
2.1	A Reforma Tributária	15
2.2	A escolha dos candidatos para as eleições de 1930.....	17
2.3	A Revolta de Princesa	20
2.4	Joao Dantas e Anayde Beiriz	23
3	OS TRÁGICOS EVENTOS DE JULHO DE 1930 E SUAS CONSEQUÊNCIAS	26
3.1	O assassinato de João Pessoa	26
3.2	O excesso de fanatismo	32
3.3	O uso político da morte de João Pessoa	34
3.4	O exagero nas homenagens	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	42

A DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM CRIADA PARA O MITO POLÍTICO JOÃO PESSOA NA PARAÍBA

THE DECONSTRUCTION OF THE IMAGE CREATED FOR THE POLITICAL MYTH JOÃO PESSOA IN PARAÍBA

Franklin Falcão¹

Resumo: O artigo visa problematizar os acontecimentos que ocasionaram a Revolução de 1930, focalizando os usos políticos do passado e as memórias construídas nesse período por duas obras produzidas na segunda metade do século XX, a saber: *Revolta e Revolução – cinquenta anos depois*, de José Joffily; e *Parahyba 1930 – a Verdade Omitida*, de Flávio Eduardo Maroja. A partir da análise destes materiais e dos discursos que os atravessam, pode-se perseguir os significados políticos construídos para João Pessoa como personagem central no processo da Revolução de 1930 e os conflitos ocasionados posteriormente a partir da memória oficial que se construiu sobre o tema e as formas como isto se materializou no cotidiano do estado, desde o uso da bandeira simbolizando a Aliança Liberal e o nome da capital, bem como em outros aspectos. O trabalho mobiliza ferramentas da Nova História Política para pensar sobre o tema, problematizando como as memórias estimulam certos aspectos do passado histórico e solidificam versões mais ou menos inclusivas ou críticas sobre a experiência política da chegada da república no Brasil e na Paraíba, em particular.

Palavras-chave: Revolução de 1930; João Pessoa; Mito; História Política.

Abstract: The article aims to problematize the events that led to the 1930 Revolution, focusing on the political uses of the past and the memories constructed in that period by two works produced in the second half of the 20th century, namely: *Revolta e Revolution – fifty years later*, by José Joffily; and *Parahyba 1930 – the Omitted Truth*, by Flávio Eduardo Maroja. From the analysis of these materials and the discourses that permeate them, one can analyze the political meanings constructed for João Pessoa as a central character in the process of the 1930 Revolution and the conflicts caused later from the official memory that was formed on the subject and the ways in which this materialized in the daily life of the state, from the use of the flag symbolizing the Liberal Alliance and the name of the capital, as well as other aspects. The work mobilizes tools from New Political History to think about the theme, questioning how memories mobilize certain aspects of the historical past and solidify more or less inclusive or critical revisions about the political experience of the arrival of the republic in Brazil and in Paraíba, in particular.

Keywords: Revolution of 1930; João Pessoa; Myth; Political History.

¹ Graduando em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

1 INTRODUÇÃO

O meu interesse em estudar a História Local deve-se a um período de minha vida, mais precisamente a infância/adolescência onde comecei a me interessar pela história da cidade onde vivia. Apesar de ter nascido em Campina Grande (PB), quando tinha 4 anos de idade minha família se mudou para o vizinho estado de Pernambuco, onde tive minha formação estudantil, concluindo o ginásio e científico, como eram chamadas as fases escolares na época.

O fato de residir em Olinda (PE), uma cidade histórica, despertou o meu interesse na história da cidade, andando pelas ladeiras seculares eu me deparava com placas comemorativas nos locais onde haviam tido batalhas contra os chamados “invasores holandeses”, e isso me deixava intrigado em saber que naquele local tinha ocorrido uma batalha que deixou dezenas de mortos. Também o espírito separatista que Pernambuco sempre teve em relação ao colonizador português, chegando a participar e promover Revoluções como a Revolução de 1817², que a Paraíba participou, revolução essa que deu origem a bandeira de Pernambuco tão exaltada e difundida por seus habitantes. A própria Paraíba teve uma bandeira inspirada na Revolução de 1817.

Com 15 anos de idade tive que me mudar para outra capital histórica, Salvador (BA). Apesar de ser uma cidade com muita história, não pude me interessar por essa vertente, pois tive que começar a trabalhar e mal tinha tempo para os estudos, foi apenas 1 ano em Salvador e retornei à Paraíba para me juntar a minha mãe e meus irmãos. As contingências do destino fizeram com que eu não concluísse um curso universitário cedo, como acontece com a maioria dos jovens, e aos 54 anos retornei para concluir uma Graduação em História. Desde o início do curso eu já tinha em mente o meu tema para o TCC: estudar a história da Revolução de 1930 e sua influência em nosso Estado. Me inquietava pensar sobre a bandeira que representa a Paraíba e que faz alusão a essa revolução, assim como o nome da capital que faz uma homenagem a um político também envolvido nesse movimento.

Queria pensar sobre isso: como se deu essa mudança? Por que motivo isso ocorreu? Quais os interesses por trás dessas homenagens? Por que após mais de 90 anos desse movimento e mesmo com os fatos contraditórios pesquisados e expostos por escritores e historiadores, ainda existem interesses para que tais acontecimentos sejam desconhecidos da população paraibana? São questões que pretendemos estudar.

O objetivo geral desse estudo é problematizar o acontecimento “Revolução de 1930” a partir dos usos públicos e das memórias que foram construídas sobre o tema. Como fonte de pesquisa, tem-se por base dois livros que retratam a outra face da Revolução de 1930, são eles: *Revolta e Revolução – cinquenta anos depois*, de José Joffily; e *Parahyba 1930 – a Verdade Omitida*, de Flávio Eduardo Maroja.

Observando a própria disposição material das fontes, vê-se que o livro *Revolta e Revolução – Cinquenta Anos Depois*, contém 437 páginas e foi publicado pela editora Paz e Terra em janeiro de 1970. O autor, José Joffily, nasceu na cidade de Pocinhos (PB) em 25 de março de 1914 e faleceu em 09 de janeiro de 1994, tendo exercido funções como empresário, político e historiador.

Sua obra faz um levantamento sobre os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da Paraíba em 1930, analisando o governo de João Pessoa, abrangendo

² Revolução de 1817 – Movimento de caráter separatista e republicano ocorrido no período colonial na capitania de Pernambuco, sobre o tema, ler “A Revolução de 1817”, de Amaro Quintas.

a reforma tributária e a Revolta de Princesa, abordando também o trágico mês de julho de 1930. Saliente-se que em 1930 o autor tinha 16 anos de idade e viveu *in loco* todos os acontecimentos dessa época, tendo inclusive recebido o corpo do Pres. João Pessoa quando do retorno fúnebre a Paraíba, como consta em foto detalhada no seu livro. Aliás, o livro contém diversas fotos de personalidades que participaram do movimento e documentos da época.

O autor fez também entrevista com pessoas do povo que participaram tanto do movimento da Revolta de Princesa como o da Revolução de 1930, daí o título da obra “Revolta e Revolução”. Vale lembrar que mesmo tendo sofrido a influência de todos os acontecimentos que geraram a Revolução, assim como a comoção em torno da figura do presidente e, posteriormente, a doutrinação através das escolas para a veneração dessa figura, o escritor procurou escrever uma obra isenta de influência política, tecendo críticas quando achou necessário.

Por sua vez, o livro “*Parahyba 1930: A Verdade Omitida*” contém 503 páginas e foi publicado pela Editora A União, tendo saído a sua primeira edição em 2008. O autor, Flávio Eduardo Maroja Ribeiro, nascido em 01 de setembro de 1956 na capital, é músico, produtor cultural e exerceu um mandato de vereador da capital no período de 2012 a 2016.

Apesar de não ser historiador, ele escreveu um livro polêmico tomando por base uma minuciosa pesquisa de livros, documentos e jornais de época, além de entrevistas com personagens importantes dos fatos retratados nas localidades do interior do Estado, Recife e Rio de Janeiro. Trata-se de uma obra que aborda os fatos envolvendo o período do governo do Presidente João Pessoa, assim como a Revolta de Princesa e a Revolução de 1930. Aborda também os fatos que fizeram mudar o nome da capital do estado e a sua bandeira.

É uma obra polêmica porque o escritor procurou retratar a outra face dos eventos envolvendo o personagem paraibano João Pessoa, o que ocasionou uma revolta entre os familiares e simpatizantes do personagem político, tendo o autor sofrido pressão e represálias, tornando necessária a contratação de segurança particular para garantir sua integridade física. O livro contém uma farta documentação e fotografias de eventos da época, algumas de propriedade do próprio autor e outras oriundas de pesquisa no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e outros institutos. De acordo com o literato, o livro foi mais vendido em outros Estados que na própria Paraíba, o que indicaria resistências em relação à sua obra e aos assuntos que tematiza.

Por tratar-se de um artigo abordando o tema “Revolução”, é interessante saber qual o conceito para ser utilizado esse termo em um movimento de revolta popular. A filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) traz um conceito específico sobre o termo “Revolução”, ela indica que na Idade Média essa palavra era usada para designar fenômenos astrológicos. O termo “Revolução” também foi usado pelos Gregos para designar uma concepção de constante mudança. Aristóteles entendia o termo “Revolução” como uma possibilidade de substituição de formas de governo, porém, nesse contexto, o termo não possuía a conotação de mudança radical política.

Assim sendo, Hannah Arendt diz que na antiguidade o termo “Revolução” era associado a mudança política, mas nem sempre radical; na Idade Média passa a ser relacionado aos fenômenos naturais. Dessa forma, é somente na Idade Moderna que o termo passa a ser usado como mudança política de fato. A Revolução busca a igualdade e a liberdade que não são atingidos quando os dispositivos de poder e controle estão em uma determinada faixa da sociedade.

Na modernidade é vivenciado um grande desenvolvimento que traz consigo o germe da desigualdade, da pobreza e da precarização da vida como um todo. É na modernidade que aparece o termo “questão social”, que passa a ser visível e compreendida pela população. Contudo, as diferenças sociais sempre estiveram presentes desde que foi instituída a propriedade privada. É percepção de algo que não é natural e que provém da exploração de um segmento da sociedade por outros menos abastados. Com isso, a partir do momento que a população operária se dá conta disso, é que se tem o estímulo necessário para que uma revolução ecloda.

Em tese, uma Revolução deve provocar uma superação da ordem vigente e, dessa maneira, construir uma nova forma de gestão da vida social. Dessa forma, a Revolução pressupõe mudanças radicais na maneira como o poder é exercido e como ele é partilhado entre as pessoas. Hannah Arendt entende assim que a “Revolução” só acontece de fato quando se institui o “novo”, e que uma “reforma” não pode ser considerada como uma revolução.

No Brasil do século XX em alguns movimentos de tomada de poder tem sido usado o termo “Revolução” para justificar a participação popular, visando dar uma certa credibilidade ao movimento. Porém, nesses movimentos, não houveram as transformações que a filósofa Hannah Arendt se refere em seu conceito de “Revolução”. Neste sentido, percebe-se um uso profundamente retórico e político do termo “revolução”, visando justificar atitudes autoritárias com o apagamento da participação popular e dos interesses coletivos por uma elite que se pretende dirigente processo político e econômico.

Torna-se relevante citar o historiador francês René Remond (1918-2007), que foi um cientista político dedicado aos estudos das interações entre as esferas política e religiosa. Seus estudos defendem a ideia de que a esfera política é o espaço por excelência das práticas sociais, e entre elas as práticas religiosas. Os estudos de René Remond defendem que as forças religiosas se apresentam como um fator de explicação em vários domínios que fazem parte das relações políticas, possibilitando novas análises que ampliam as possibilidades de compreensão da sociedade. A religião é uma esfera autônoma e capaz de influir no campo social e político, um exemplo disso, será apresentado nesse estudo quando, por influência da igreja católica, o personagem histórico e foco dessa pesquisa passa a ser “sacralizado” após a sua morte, visto como um mártir.

Por fim, também é importante citar o historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012) que na introdução do livro *A Invenção das Tradições*, faz uma análise crítica e conceitual da noção de tradição e de costumes, assim como suas implicações no processo da construção do Estado-Nação. O conceito de “Tradição Inventada” é definido como um conjunto de práticas invariáveis, de natureza ritualística ou simbólica que visam inculcar certos valores através da repetição, e que para tanto são inseridas artificialmente em um contexto de continuidade histórica com o passado.

O desenvolvimento dessas tradições faz-se pela ressignificação de símbolos e rituais que compõem determinada tradição antiga ou pela inserção de novos elementos simbólicos em uma tradição pré-existente, ou ainda, quando não há possibilidade de adaptação das antigas práticas a novos fins e realidades históricas, as tradições são arbitrariamente criadas.

As “Tradições Inventadas” se classificam, segundo Hobsbawm, em três categorias: aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade; e aquelas

cujo propósito principal é a socialização, a inclusão de ideias, sistema de valores e padrões de comportamento.

Para Hobsbawm, as tradições inventadas procuram gravar nos membros de um determinado grupo um sentimento de “patriotismo”, “dever” e “lealdade” nas pessoas em relação ao que está sendo cultuado, tais invenções são mais frequentes em situações de transformações drásticas na sociedade e em situações de rupturas políticas, como no caso de revolução ou golpe.

Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos como os nacionalistas tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica real, assim como a criação de símbolos por parte de movimentos e Estados Nacionais, tais como o hino nacional ou a bandeira nacional, nesse contexto pode-se dizer que a criação de heróis ou mitos faz parte da criação das “Tradições Inventadas”. É natural que qualquer prática social que tenha que ser muito repetida, tenda por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume. Tais costumes adquirem com o tempo a resistência às transformações por parte das pessoas que os adotaram. Considerando-se que a “Invenção das Tradições” é um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Hobsbawm afirma que os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que, eles contribuem conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas igualmente à esfera pública onde o homem atua como ser político.

Como acadêmico do curso de História, decidi fazer esse trabalho de pesquisa e investigação da história do tempo presente, pois como foi citado antes, desde jovem eu via algumas contradições nas informações que chegavam a mim sobre o personagem histórico João Pessoa, havia realmente um enaltecimento exagerado desse personagem, o qual só se conhecia suas qualidades. Mas também tomei conhecimento de uma parte do outro lado da história, como a divulgação das cartas íntimas do casal João Dantas e Anayde Beiriz e o conseqüente assassinato do Pres. João Pessoa, e me indagava qual a ligação desse fato com a Revolução de 1930 e decidi me aprofundar nesse tema. Acredito ser relevante esse trabalho de pesquisa, para que meus colegas acadêmicos possam ter informações sobre o outro lado da História, para que possamos fazer um parâmetro sobre o que poderia ser verdade ou não nesse evento histórico. Como citou Erick Hobsbawm, o historiador faz parte desse processo e contribui conscientemente ou não para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado.

A pesquisa está dividida em duas seções apresentando uma cronologia dos fatos envolvendo o personagem histórico João Pessoa no período em que governou o estado da Paraíba, assim como os motivos e as causas de seu assassinato, e ainda o uso político desse trágico evento para benefício dos simpatizantes da Revolução de 1930 e as conseqüências desse assassinato na Paraíba, disponibilizando, por conseqüência, mais informações sobre os autores e os livros pesquisados nessas seções.

2 O GOVERNO DE JOÃO PESSOA NA PARAÍBA E OS PERSONAGENS DOS TRÁGICOS EVENTOS DE JULHO DE 1930

No livro *Revolução e Revolta – cinquenta anos depois*, o autor José Joffily faz uma análise sobre a Revolução de 1930, com enfoque primeiramente nas causas que originaram essa revolução, como a questão econômica da época, enfatizando a crise da economia cafeeira, considerada como o principal motivo para acabar com a chamada política do “café com leite”, que era uma alusão a troca do poder federal entre São Paulo e Minas Gerais naquela época.

A obra é distribuída em 11 capítulos em que o autor analisa a situação econômica da população, e, não obstante, os aspectos econômicos, sociais e políticos na Paraíba em 1930. No tocante ao personagem João Pessoa, o escritor analisa o governo do então presidente dando ênfase na Reforma Tributária e na Revolta de Princesa. Como já citado, apesar de o autor ter vivido todos os acontecimentos do ano de 1930 e ter passado pelo clima de comoção que a Paraíba viveu em torno da figura de João Pessoa, não se exime em fazer críticas a forma de como o presidente administrou o seu governo, analisando os acontecimentos no que ele chama de “o trágico mês de julho” daquele ano, que culminou com a invasão ao escritório de João Dantas, a divulgação das cartas íntimas do casal e o conseqüente assassinato do então Presidente da Paraíba.

Quanto as imagens que retratam a figura de João Pessoa, o livro dispõe de fotos posadas de frente, tipo busto, do personagem histórico, assim como uma fotografia do corpo do presidente após seu assassinato, e também uma foto da mesa da confeitaria Glória onde João Pessoa foi assassinado. Destaque para a foto já citada, na qual o autor recebe juntamente com populares, o caixão fúnebre contendo o corpo do presidente em sua chegada na estação Great Western, todas as fotos são em preto e branco e produzidas no ano de 1930, algumas de propriedade do próprio autor, mas a maioria fruto de pesquisa em institutos históricos.

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro, cidade do interior da Paraíba em 24 de janeiro de 1878, era filho de Cândido Clementino Cavalcante de Albuquerque e de Maria de Lucena Pessoa, irmã do ex-presidente do Brasil Epitácio Pessoa. Estudou no colégio mais tradicional da capital do Estado, na época também chamada de “Parahyba”, o Liceu Paraibano, entrou para o exército em 1894 tendo se engajado no 27º Batalhão de Infantaria e depois ingressado na escola militar da praia vermelha no Rio de Janeiro, tendo sido acusado de revolucionário, foi enviado para a cidade de Belém no estado do Pará como soldado raso; posteriormente se desligou do exército.

João Pessoa ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1899, graduando-se em 1903. Em 1905, casou-se com Maria Luíza de Souza Leão Gonçalves filha do promotor e político pernambucano Sigismundo Antonio Gonçalves. Ele permaneceu no Recife até 1910, onde exerceu a advocacia e lecionou; em 1904 foi nomeado como representante da Fazenda e exerceu a função de auditor fiscal. Em 1914, por influência de seu tio Epitácio Pessoa, foi nomeado Auditor Geral da Marinha. Em meados de 1920, chegou a Ministro do Supremo Tribunal Militar e foi nesse período que começou a aparecer o temperamento autoritário de João Pessoa, como narra o autor Joffily (1979) em seu livro “Revolta e Revolução, cinquenta anos depois”.

Devido a sua maneira de facilmente se exaltar nas seções do Supremo Tribunal Militar, com quem contrariava suas decisões, João Pessoa conquistou desafetos dentro do próprio tribunal. João Pessoa enquanto magistrado, interferia na política da Paraíba e tudo conseguia pela força de seu prestígio pessoal advinda da força política de seu tio Epitácio Pessoa. João Pessoa tinha intolerância com seus adversários políticos e era averso a qualquer tipo de contestação, realmente era incapaz de conviver com

qualquer tipo de oposição, faltava-lhe o atributo essencial ao estadista, suportar as críticas e ter serenidade para rebatê-las ou assumi-las (p. 198).

Uma cena lamentável no Supremo Tribunal Militar, o presidente teve que intervir energicamente na sessão de hoje por ocasião de ser discutida a ordem de “habeas corpus” impetrada por Alexandre Fernandes de São Paulo, o ministro João Pessoa discordando de seu colega Marechal Mendes de Moraes, que concedia a ordem, entrou a esbravejar e insultar o mesmo. O escândalo tomou tais proporções que o Marechal Caetano de Faria, vice-presidente em exercício, teve de agir energicamente (p. 197).

Esses acontecimentos mostram o temperamento agressivo que João Pessoa tinha com quem lhe contrariava, sendo algo que o acompanhou até o exercício do mandato de Presidente da Paraíba, quando passou a perseguir seus opositores que em sua ótica não passavam de seus inimigos.

Em 22 de outubro de 1928, por indicação de seu tio Epitácio Pessoa, João Pessoa foi eleito Presidente do Estado da Paraíba, ainda que não tivesse nenhuma experiência na política, visto que não tinha exercido nenhum cargo na hierarquia política antes. Faltava-lhe o principal a um político, aceitar as críticas e procurar tirar o melhor proveito delas, principalmente as críticas construtivas e o mais essencial para um político, ter um espírito conciliador, é de fundamental importância um político ter o mínimo de consenso com seus opositores e na pior das hipóteses ter um diálogo amigável com todos.

Figuras 1 e 2 – Última foto tirada por João Pessoa e o presidente em seu gabinete.



Fonte: Paraíba 1930: A Verdade Omitida

2.1 A Reforma Tributária

O governo de João Pessoa a frente do estado da Paraíba durou de 22 de outubro de 1928 até seu assassinato em 26 de julho de 1930, durante esse período ele tomou algumas decisões questionáveis que tumultuaram sua administração, iniciando-se com uma reforma tributária que acaba se transformando em uma desavença familiar. João Pessoa instituiu a criação de dois impostos denominados de imposto de trânsito e imposto de incorporação, que causaram grande revolta no sertão paraibano assim como nos vizinhos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará; com esses impostos todas as mercadorias vindas desses Estados eram extremamente oneradas, chegando a sofrer um aumento de até 500%, além de taxar os caixeiros viajantes onerando também o desempenho desses profissionais. Esses impostos eram aplicados através de barreiras chamadas “porteiras”, instaladas a cada 12km de distância uma da outra onde eram cobrados os impostos que causaram tanta revolta.

Entre os revoltosos pela cobrança desses impostos encontravam-se alguns familiares do próprio João Pessoa, como seu irmão Cândido Pessoa que acabou por

lhe colocar a alcunha de “João Porteira” devido a excessiva quantidade de barreiras instaladas no Estado. A chamada “Guerra Tributária” envolveu também uma disputa entre João Pessoa e seus primos Francisco Pessoa de Queiroz e João Pessoa de Queiroz, que tinham grande prestígio na vizinha cidade de Recife, capital de Pernambuco. Francisco Pessoa, além de Deputado Federal, era dono da empresa “J. Pessoa de Queiroz e Cia.” que atuava economicamente no estado da Paraíba, principalmente no sertão paraibano e que foi altamente atingida pela criação dos impostos, além disso era proprietário do “Jornal do Comércio”, que tinha grande influência em Pernambuco e em todo Nordeste.

Por outro lado, João Pessoa tinha o domínio do jornal oficial do Estado “A União”, e com isso estabeleceu-se uma disputa que envolvia os dois primos e, que acabou saindo do campo político para o ataque pessoal, sendo utilizado os dois jornais através de editoriais em que os primos se atacavam mutuamente como pode-se ver no livro “Parahyba 1930: A Verdade Omitida” do autor Ribeiro (2021, p.100), em que ele discorre aspectos relacionados a alguns desses ataques.

Há necessidade de dinheiro: escocher-se o povo, arrancando-lhe a última parcela de energia. O comércio da capital locupleta-se do privilégio. A turba e escabujada causa. Mas ninguém se engane. Esse sacrifício de morrer de fome não é pedido ao povo por nenhum interesse coletivo. A União declarou que não precisava de imposto. Por que lançou então? Talvez pelo prazer satânico de levar a fome aos lares desfavorecidos, pelo gozo delirante de lançar miséria a todos os rincões do Estado. Um simples ato de loucura e setrapia [...] homem que, manejado por meia dúzia de astutos comerciantes, não hesita em atirar a fome e a miséria quase um milhão de seus conterrâneos. **(Jornal do Comércio, 18/04/1929)**

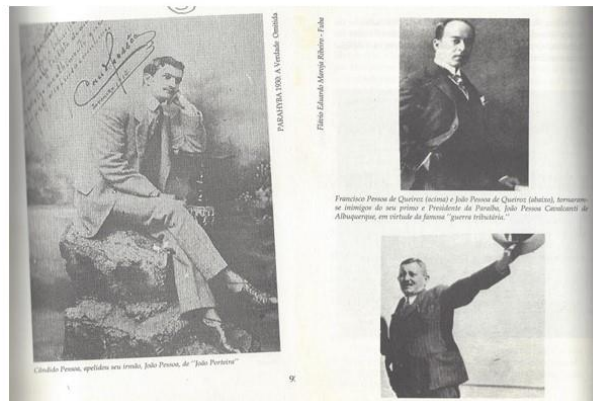
A lamúria desastrada de quem nunca soube chorar pelas desgraças de nossa terra [...] e agora tenta lançar essa camada redimida contra seu justiceiro benfeitor. **(A União, 21/04/1929)**

O Jornal do Comércio nunca teve nem terá coragem de abrir campanha contra os impostos de Pernambuco, porque no dia que tiver uma cadeira de Deputado, que vem sendo ocupada por consideração pessoal a um grande e generoso parente, voará. **(A União, 23/04/1929)**

Pode-se vislumbrar que além dessa guerra tributária, a discórdia na família dos Pessoa ia além de desavenças apenas com os primos; Seu irmão Joaquim Pessoa alimentava uma raiva de João Pessoa em virtude de ter sido preterido na escolha do candidato a Presidente da Paraíba, pois ele não era o sobrinho predileto de Epitácio Pessoa e sim seu irmão; João Pessoa não tinha boa relação com os irmãos José e Aristarco ao qual o chamavam de “intrigante da família” e vale salientar também que João Pessoa não matinha uma boa convivência familiar com seu pai, tendo atentado contra sua vida por duas vezes quando jovem.

Durante o período que durou os ataques mútuos dos primos travados através dos jornais A União e Jornal do Comércio um fato chama a atenção, não houve por parte de Epitácio Pessoa uma atitude que fizesse parar a discussão nem uma tentativa de reconciliação, levando a crer que existia uma disputa generalizada pelo poder na família. Por fim, o Supremo Tribunal Federal acabou considerando inconstitucional os impostos criados por João Pessoa, mas o estrago nas relações familiares dos Pessoa já estava feito e terminou influenciando em outros eventos.

Figuras 03 e 04 - Cândido Pessoa (irmão de João Pessoa) /Francisco Pessoa de Queiroz e João Pessoa de Queiroz (primos do presidente).



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

2.2 A escolha dos candidatos para as eleições de 1930

João Pessoa não teve o cuidado necessário para priorizar o partido nem seus filiados ao assumir o governo, foram feitas várias substituições no governo sem o conhecimento de seu tio Epitácio Pessoa, sua justificativa ao tio era que essas mudanças eram de caráter provisório. Porém, aos poucos foi impondo sua forma de governar com atitudes impensadas e de repressão, como invadir lares, substituir funcionários, destituir o prestígio dos chefes do interior e criar impostos extorsivos sem fazer consulta ao partido ou a aliados que o ajudaram a chegar ao poder.

Essas atitudes chegaram ao conhecimento de Epitácio Pessoa que representava o Brasil na Corte Internacional de Haya na Holanda, que escreveu várias cartas para João Pessoa pedindo discernimento e cautela na condução do governo. Nota-se que Epitácio Pessoa estava preocupado e aberto ao diálogo, acreditando na obediência e fidelidade do sobrinho, o que ele não esperava era que João Pessoa iria lhe afrontar, colocando sua verdadeira personalidade a frente de seu parente e padrinho político como é possível ver nas descrições dos telegramas abaixo.

Presidente do Estado que ao mesmo tempo é chefe de partido tem dever conciliar interesses administrativos com interesses políticos. Nomeação adversários desmoralizando chefe local enfraquece partido e prepara núcleo futura oposição. Se no próprio município não há ninguém em condições procurem-se condignos outros municípios, mas sempre correligionários. Chefe São João, já desprestigiado, abandonou partido; chefes de Piancó, Cajazeiras, Teixeira, receando sorte idêntica, lamentam ser forçado fazer o mesmo. Se isto continuar faremos um papelão caso tenhamos assumir atitude ocasião sucessão presidencial. É meu parecer. Resolverás entretanto como entenderes. Abraço - Epitácio (10/03/1929) (Ribeiro, 2021, p.114).

Por que não estabelecemos nós moralidade nas coisas da política e da administração? Por que? Somente porque foram amigos de 15?... João Pessoa (13/03/1929) (Ribeiro,2021, p.115).

Neste telegrama, é perceptível que João Pessoa ignora os correligionários que ajudaram a pôr Epitácio Pessoa no poder em 1915, colocando seus ideais acima dos ideais do partido, provocando um conflito entre ele e seus aliados, uma atitude que terá consequências na formação da chapa para Deputados Federais ocasionando a discórdia que levou a Paraíba à luta armada.

Em fevereiro de 1930 seria formada a chapa que indicaria os candidatos do partido às eleições, quando assumiu o governo da Paraíba, João Pessoa tinha tentado nomear o primo Carlos Pessoa que era Deputado Federal para uma vaga de bacharel e, assim, abria uma vaga na câmara federal para seu irmão Antonio Pessoa. Porém, tal iniciativa não teve a concordância de Epiácio Pessoa, pois Carlos Pessoa era engenheiro e não advogado, o que provavelmente geraria críticas de seus adversários, diante dos argumentos de seu tio e mentor político, João Pessoa recua de sua ideia de fazer a troca de parentes.

Até então, Epiácio Pessoa mantinha uma relação de confiança com o sobrinho, mesmo de longe elogiava suas atitudes e os passos de seu governo na esperança de que seus correligionários fossem protegidos na formação da chapa de candidatos as eleições. Em julho de 1929, com o rompimento entre os governadores do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e de Minas Gerais, Antonio Carlos, com o presidente Washington Luiz, João Pessoa escreve para seu tio Epiácio Pessoa abordando a sucessão presidencial no Brasil, como exposto abaixo.

Os telegramas deixam parecer que a estuperfação é geral. O próprio Washington ficou surpreendido. Reproduziu o Rio Grande a ingratidão que praticou consigo quando na presidência [...] fala-se até no meu nome para vice-presidência na chapa de Getúlio e que o Felix Pacheco foi incumbido de lhe consultar a respeito [...] Espero de sua parte qualquer orientação. Meus pendores pessoais são pela corrente Washington, acreditando, porém que o desenrolar dos acontecimentos possa modificá-los. Por outro lado, pode o Sr, querer mostrar gratidão ao Rio Grande, apoiando o seu candidato pelo fato de ter partido dele a lembrança do seu nome para a presidência da República.
- João Pessoa. (Ribeiro, 2021, p. 121-122).

Percebe-se que a tendência de João Pessoa era a princípio apoiar Washington Luiz e, conseqüentemente, seu candidato à presidência Júlio Prestes. Vale salientar que existia um acordo entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul através de um “pacto secreto” formalizado um ano antes da escolha do candidato a presidente, nesse pacto havia a possibilidade da quebra da política “café com leite”, que era o rodízio do poder entre São Paulo e Minas Gerais.

Como é possível vislumbrar, a Paraíba não esteve presente nos planos de São Paulo e Minas Gerais, sua entrada nessa aliança deveu-se exclusivamente aos “acordos” estabelecidos entre a influência política de Epiácio Pessoa e os interesses políticos de João Pessoa. Após a decisão de João Pessoa de aceitar o convite de ser candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal, Epiácio Pessoa escreveria ao sobrinho aconselhando.

Uma coisa para a qual devemos desde já ir lançando as nossas vistas é a eleição de deputados e senadores federais. O Washington quererá sem dúvida intervir, fazer pressão nos Estados adversários para eleger opositoristas, que enfraqueçam os governos respectivos e reforcem os elementos dele na apuração da eleição presidencial. Precisamos trocar ideias a este respeito. Organização com habilidade a chapa evitar desgosto que possam desfalcas votos e fazer uma eleição escurreita de vícios. Epiácio Pessoa. (Ribeiro, 2021, p.123-124)

João Pessoa, sem atender as preocupações do tio, começou a montar sua chapa desprestigiando os correligionários de Epiácio Pessoa, que diante das atitudes do sobrinho passou a perceber que estava perdendo o prestígio que tinha com o familiar e que suas interferências não encontravam apoio daquele que ajudou a eleger

presidente da Paraíba. Todos os seus protegidos foram preteridos pelo sobrinho, que excluiu seus indicados como Oscar Soares, João Suassuna e até seu velho amigo Antonio Massa, o qual havia sugerido que o passasse pelo menos de senador para deputado e não obteve êxito em seu pedido.

A desconsideração final ao tio veio através de um recado que incumbiu o irmão Antonio Pessoa de dar, dizia o recado: “Diga tio não há incoerência porque responsabilidade indicação Otacílio cabe inteira seu partido. Tio está falando pelo coração assim não pode apreciar justiça inclusão. Ignácio e Lyra unidos, dada exclusão Oscar e Suassuna querem exclusão Carlos ou reeleição total. Apresentarei, assinando só, manifesto Carlos, Almeida, A. Guedes, Demócrito para guardar lugar Álvaro, talvez Senado. Peço insistentemente aprovação. Abraços João Pessoa”. Com essa decisão restou a Epitácio Pessoa sair de cena reconhecendo que havia perdido a influência que tinha com o querido sobrinho e com um telegrama seco que dizia: “Nada tenho mais dizer sobre organização chapa”.

Foi assim formada a chapa do Partido Republicano da Parahyba para as eleições de 1930: Para Deputados Federais Dr. Carlos Pessoa, Dr. José Américo de Almeida, Dr. Antonio Galdino Guedes, Dr. Demócrito de Almeida, para Senador Federal Dr. Manuel Tavares Cavalcanti. Essa atitude de João Pessoa seria considerada inovadora para um governo dito progressista, porém João Pessoa erra ao permitir que existisse um único candidato entre os excluídos e pior ainda, fosse o seu primo Carlos Pessoa, o qual tinha tentado privilegiá-lo antes.

Vale salientar o que disse José Américo de Almeida: “Foi convocada outra reunião para tornar as assinaturas do manifesto e João Pessoa deu o golpe apresentando-o a lista completa com os nomes de sua preferência. Cometeu um erro: em vez de substituição total, conservou um parente, poupando a sensibilidade do tio. Já estando em luta com um ramo da família, evitaria outro atrito”, fica claro que João Pessoa queria de seu modo impor a candidatura de seus candidatos preferidos em detrimento ao partido o qual pertencia. Em seu livro “Revolução e Revolta – 50 anos depois” o autor Joffily (1979) afirma:

Embora adotado o critério da não reeleição. Impôs a recondução de Carlos Pessoa, a fim de atender à exigência do tio. Degolou assim os demais, inclusive João Suassuna, ex-governador e prestigioso chefe da plutocracia sertaneja, exclusão que iria influir substancialmente no processo de cisão das oligarquias paraibanas. (p. 206)

Esses acontecimentos provocaram uma revolta entre os aliados de João Pessoa que passaram a ser seus adversários, a reação do ex-deputado José Pereira ao saber que seu amigo João Suassuna seria prejudicado por João Pessoa já indicava que o conflito seria inevitável. A Paraíba iria virar uma desordem com os acirramentos políticos e, a partir daquela data, o governo de João Pessoa se tornaria insustentável e violento.

Figuras 05 e 06 - Foto dos candidatos escolhidos por João Pessoa/Comunicado da chapa escolhida por João Pessoa



Fonte: Parahyba 1930 : A Verdade Omitida

2.3 A Revolta de Princesa

O coronel José Pereira tinha um grande prestígio no sertão paraibano. Com a morte de seu pai, tinha interrompido os estudos com a obrigação de assumir a chefia da família, da política e dos negócios. Vale salientar que José Pereira era aliado político de Epitácio Pessoa e sempre seguia as orientações políticas dele, inclusive tendo apoiado a escolha do nome de João Pessoa para governar a Paraíba feita por Epitácio Pessoa. Era uma amizade tão grande que chegou a mandar erguer uma estátua de corpo inteiro colocando-a em frente a sua residência, na praça principal de Princesa, com o intuito de homenagear seu grande amigo.

Com a escolha da chapa dos candidatos feita por João Pessoa em que foi excluído o nome de João Suassuna, o cel. José Pereira tentou opinar pela permanência da antiga chapa, mas João Pessoa permaneceu irredutível com sua escolha, o que ocasionou um visível atrito entre os dois. A irritação de José Pereira aumentou após João Pessoa ter enviado um ajudante de ordens confirmando as candidaturas por ele imposta sem, pelo menos, ter tido um diálogo entre os dois. Imediatamente após ter recebido o ajudante de ordens informando a exclusão dos candidatos da antiga chapa, José Pereira envia a João Pessoa um telegrama oficializando sua decisão de romper politicamente com ele. Da mesma forma, a família Dantas da cidade de Teixeira, também rompeu politicamente com João Pessoa em solidariedade ao seu parente e amigo João Suassuna que havia sido excluído da lista de candidatos.

João Pessoa responde adotando medidas de represálias enviando um contingente da polícia militar para substituir a guarnição que destacava em Princesa com a orientação de tratar o cel. José Pereira como inimigo e não mais como correligionário, também acionou o tenente Ascendino Feitosa em Campina Grande com ordens de ocupar a cidade de Teixeira, terra da família Dantas. Muitas tentativas de conciliação foram feitas por João Suassuna e pelo próprio tio Epitácio Pessoa para um acordo político, mas João Pessoa permaneceu intransigente e preferiu partir para a luta armada.

Em contra partida, o cel. José Pereira resolveu enfrentar a polícia enviada por João Pessoa na esperança de uma intervenção federal que nunca aconteceu, várias batalhas aconteceram em Princesa e Teixeira, o movimento se espalhou então para as cidades de Piancó, Imaculada, Pombal, Catolé do Rocha e Monteiro. Estava assim deflagrada a “Revolta de Princesa”, em que mais de 2000 homens armados tentaram transformar a região em território livre com direito a hino, jornal e bandeira, começando uma verdadeira guerra entre perrepistas e liberais que durou cinco meses, sendo considerada até hoje o maior derramamento de sangue da história da Paraíba.

Como visto, o conflito inicia-se com a ocupação de Teixeira onde a intenção de João Pessoa era interditar o sertão às vésperas das eleições, com o intuito de intimidar os eleitores contrários através da violência, prendendo e espancando idosos, senhoras e crianças. Se fosse um homem razoável poderia ter esperado o resultado das eleições e talvez reatar politicamente com José Pereira, mas preferiu agir com sua habitual truculência.

Na madrugada de 28 de fevereiro de 1930, iniciariam as invasões que iniciariam uma guerra civil no sertão da Paraíba, o delegado Ascendino Feitosa foi estrategicamente escolhido para comandar a operação pois era inimigo da família Dantas, essa ocupação fez com que o cel. José Pereira organizasse suas forças pois sabia que Princesa seria o alvo principal, começava um verdadeiro conflito sangrento que deixou várias perdas para ambos os lados.

No dia 06 de março de 1930, o presidente João Pessoa assina o Decreto nº 1644 que cria o chamado “Batalhão Provisório”, são contratados 800 homens para juntar-se aos contingentes envolvidos no conflito, mas muitos desse contratados eram militares aposentados ou civis sem nenhuma experiência militar, sendo esse o motivo provável para ter havido muitas deserções por parte da polícia durante os confrontos, o que mostra mais uma atitude irresponsável promovida por João Pessoa.

Durante o conflito diversas cidades do serão foram invadidas pela polícia como Patos, Tavares e, estrategicamente, Alagoa Nova – de onde tentaria invadir Princesa. Aconteceram diversas batalhas entre a polícia e as forças de José Pereira, sendo a principal delas a realizada na localidade de Água Branca, onde mais uma vez as forças de José Pereira superaram as forças policiais. Esse fato é narrado por José Américo de Almeida que procura se eximir dos acontecimentos, diz ele: “Organizou-se a minha revelia, sem que eu fosse sequer avisado, a chamada coluna da Vitória, [...]. Foram recolhidos refugos dos destacamentos locais, velhos cabos de esquadra, já sem nenhum préstimo. Arrecadaram guardas civis bisonhos, sem instrução militar, ignorando o manejo das armas. Recrutaram tudo que servisse para se aproximar do número exato [...] contava-se que, desta vez, Princesa seria arrasada. Havia certo orgulho nessa marcha [...] Atravessou Campina Grande, Taperoá e Teixeira. O comando ia ao carro da frente, levando consigo um feiticeiro, um pobre diabo dos seus 38 anos, moreno e de boa altura, à paisana, como fiel do sucesso da operação. Em cada parada o bruxo fazia um sermão. Princesa iria à gaita. E a soldadesca entusiasmada dava viva. Todos estariam imunes às balas e iam pegar José Pereira à unha. Moviam-se, de novo, as viaturas, sem a menor precaução, com um carro atrás do outro, rolando pelo pedregulho. [...] E de repente o horror. João Paulino do lado de Água Branca, deixou passar a fila. Era o momento; rompeu a fuzilaria. Um grupo atacou pela frente e outro aguentou atrás. A luta tinha esse caráter: a ação de surpresa... A coluna, feita em pedaços, acabou desarticulada. [...] Foi horrível a mortandade. Quem não morreu se escafedeu. [...] O feiticeiro desmentiu o seu poder, morrendo também. Na segunda quinzena de junho, dei uma chegada à capital. [...]

João Pessoa estava mais envelhecido. O desastre de Água Branca – contavam-me seus íntimos – fora-lhe um golpe penoso”.

O contingente das forças de José Pereira era em menor número do que as forças policiais, mas eram compostos por sertanejos com o ímpeto de lutar ao verem suas casas e terras invadidas e saqueadas, isso fez crescer o exército de voluntários para defender suas famílias e suas propriedades sob o comando do cel. José Pereira. Do outro lado, João Pessoa para justificar as invasões e ocupações de suas forças policiais no sertão, começou a propagar através da mídia uma campanha enganosa de que estava combatendo cangaceiros inimigos da Paraíba, dando-lhes a alcunha de “cangaceiros de gravata”. As forças policiais de João Pessoa chegaram a uma distância de 12 km do município de Princesa, mas não conseguiram o objetivo de invadi-la; em 09 de junho de 1930 a cidade de Princesa é decretada como “Território Livre e Independente”, com direito a constituição, hino, bandeira e jornal.

Essa emancipação de Princesa foi um ato inconstitucional que serviu para chamar a atenção da mídia nacional para uma possível intervenção da Paraíba, o que nunca aconteceu. Existia nessa época uma troca consensual de poder entre os políticos e os chefes locais, onde esses redutos eram “negociados” no período eleitoral. Os chamados currais eleitorais existiram e, infelizmente, é uma prática utilizada até hoje.

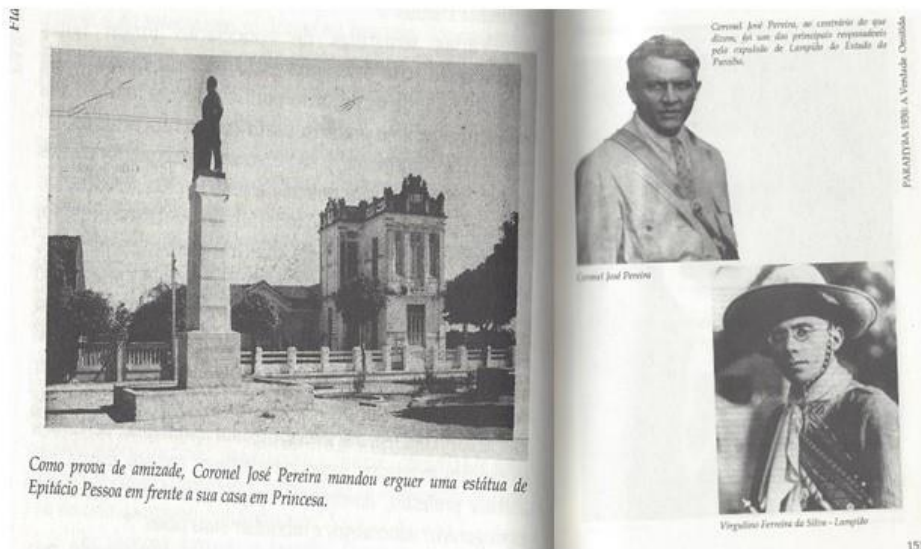
João Pessoa erra ao tentar fazer através da violência essa quebra de costumes, querendo combater de uma só vez o “coronelismo” e o “cangaceirismo”, procurou generalizar as diferentes camadas da população sertaneja, quando ele se refere a cangaceiros, na realidade estava falando de comerciantes, agricultores e fazendeiros, todos trabalhadores e pais de família que estavam protegendo a sua autonomia e suas propriedades.

A possibilidade de intervenção federal na Paraíba deixava João Pessoa apreensivo e preocupado, sendo assim, procurou tomar algumas medidas para evitá-la, dentre elas, foi feito um manifesto com 18.068 assinaturas que foi enviado ao Presidente Washington Luiz enfatizando a autonomia do Estado, ao mesmo tempo, mandou celebrar uma missa campal em que o Arcebispo D. Adauto e o Bispo D. Moisés fizeram apelo reiterando o pedido de não intervenção.

Por outro lado, o deputado Arthur dos Anjos ligado ao Cel. José Pereira, mantinham contato com todos os parlamentares perrepostas do Estado com a intenção de elaborar um manifesto solicitando a intervenção federal na Paraíba que se encontrava em total desordem, quanto ao governo federal, após eleger seu candidato, o Presidente Washington Luiz preferiu a omissão em relação aos acontecimentos na Paraíba, na esperança que o conflito se resolvesse internamente mais cedo ou mais tarde, essa atitude iria custar caro ao seu governo.

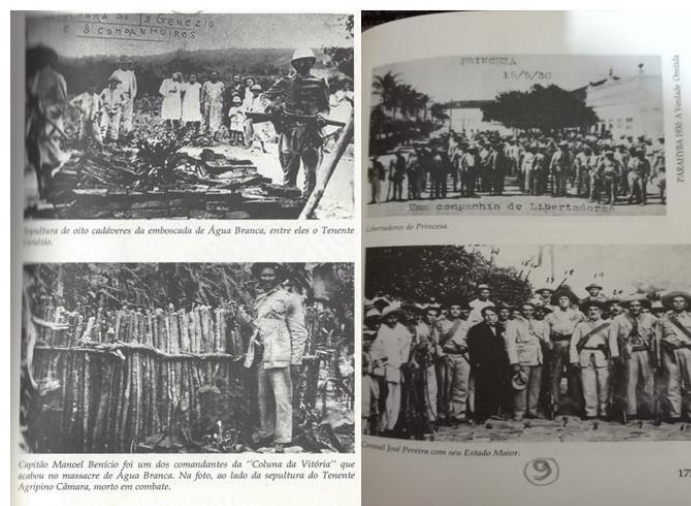
O saldo foi trágico na guerra civil na Paraíba, estima-se que mais de 600 pessoas foram mortas ou desapareceram, os prisioneiros capturados pelas forças do Cel. José Pereira foram tratados e devolvidos para a polícia, já os revoltosos presos e feridos pela polícia foram fuzilados, diversas propriedades e víveres foram queimados pela polícia, deixando centenas de sertanejos à míngua, esse conflito dividiu a Paraíba entre litoral e sertão, causando uma divergência política que se arrasta até os dias de hoje.

Figuras 07 e 08 – Estátua de Epitácio Pessoa em frente à casa de José Pereira/Coronel José Pereira e Virgulino Ferreira (Lampião).



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

Figuras 09 e 10 – Vítimas da Revolta de Princesa/Coronel José Pereira e suas tropas.



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

2.4 João Dantas e Anayde Beiriz

A família Dantas do município de Teixeira, que estava sendo perseguida por João Pessoa, teve um papel importante, porém não tão nobre, nos desfechos dos acontecimentos na Paraíba nesse período.

João Duarte Dantas nasceu em 12 de junho de 1888, foi educado e criado por sua avó, estudou Humanidades no Liceu Paraibano e formou-se em Direito no Recife, não jogava, não bebia e não tinha vícios, era polido e comunicativo no trato com as pessoas, porém seu temperamento se tornava agressivo quando provocado, foi um advogado respeitado e também exercia a função de jornalista. A ligação da família Dantas com o Cel. José Pereira foi o principal motivo das perseguições de João Pessoa, foram promovidas diversas arbitrariedades contra os Dantas, como exemplo, pode-se citar quando seu irmão foi sequestrado e preso durante o levante de Princesa

e a fazenda de seu pai Franklin Dantas que foi incendiada sendo que a autoria foi atribuída a polícia a mando de João Pessoa.

Joaquim Dantas, seu irmão, era uma pessoa modesta e que não tinha se envolvido em política mesmo residindo no Rio de Janeiro, quando apareceu na capital paraibana, sem nenhuma causa aparente foi preso e mandado para a cadeia em Piancó ficando retido incomunicável, após diversos dias sem que a família soubesse seu paradeiro, foi encontrado em estado deplorável, há dias sem se alimentar, com as roupas rasgadas, sem tomar banho e sob forte depressão.

Com isso, criou-se uma animosidade entre João Dantas e João Pessoa, diante das ameaças, Dantas envia um telegrama ao presidente da república e ao ministro da justiça solicitando segurança e garantias ao chefe da nação, este telegrama havia sido publicado no “Jornal do Comércio” dos Pessoa de Queiroz, o que causou a resposta de João Pessoa através do jornal “A União” em que dizia desconhecer a figura de João Dantas, chamando-o de espião a serviço dos cangaceiros. Inicia-se, com isso, o acirramento político e as perseguições entre os dois com artigos publicados nos jornais que chegaram ao ponto de se tornarem agressões pessoais e inconsequentes.

Anayde Beiriz era filha de José da Costa Beiriz, funcionário da imprensa oficial, foi diplomada na escola normal como professora e lecionou na escola da colônia de pescadores de Cabedelo, era poetisa e havia ganhado um concurso de beleza promovido pelo jornal Correio da Manhã em 1925, também chamava a atenção os seus olhos negros que lhe valeu o apelido de “pantera dos olhos dormentes” em seu círculo de amizades. Era uma mulher que tinha ideias progressistas que eram alimentadas pela sua poesia, participava de movimentos intelectuais e artísticos como saraus literários, defendia a participação da mulher na política quando elas sequer podiam votar, era inovadora na aparência, pois vestia roupas decotadas e apresentava corte de cabelo “a lá garconnier”, não se prendia a convenções no tocante a relacionamentos amorosos, algo que não era visto com bons olhos pela sociedade conservadora da época. Em 1928, Anayde Beiriz inicia um relacionamento amoroso com João Dantas que duraria até os trágicos acontecimentos de julho de 1930.

Com a perseguição e ameaças de João Pessoa aos seus adversários políticos, muitos deles acabaram se refugiando no vizinho Estado de Pernambuco, entre eles, João Suassuna e o próprio João Dantas que havia recebido ordem de prisão e acabou fugindo para a cidade de Olinda (PE), onde ficou hospedado na casa de seu cunhado Augusto Moreira Caldas.

Aproveitando-se da ausência de João Dantas na capital paraibana, a polícia invade o sobrado onde funcionava o escritório do advogado na rua Duque de Caxias há 75 metros de distância do gabinete do presidente João Pessoa, com a justificativa de que se procuravam armas que alimentariam o levante de Princesa, as possíveis armas que se encontravam no sobrado nunca foram apresentadas ao público. Porém, não satisfeita, a polícia destruiu todo o escritório, quebrando os móveis, queimando arquivos com documentos de seus constituintes e arrombando um cofre que continham documentos e cartas íntimas trocadas com sua amada Anayde Beiriz, vale mencionar que toda ação da polícia não estava respaldada por nenhum documento jurídico como mandato de busca e apreensão e tinha o conhecimento do presidente João Pessoa.

No dia seguinte, o jornal A União publica os documentos informando que tratavam de cartas apreendidas que eram interpretadas como comprometedoras da honorabilidade da família Dantas, além disso, informava que no cofre também continham cartas amorosas e um diário íntimo que não poderiam ser publicadas por

tratar-se de conteúdos imorais, mas que estariam a disposição na redação do jornal para quem quisesse ler.

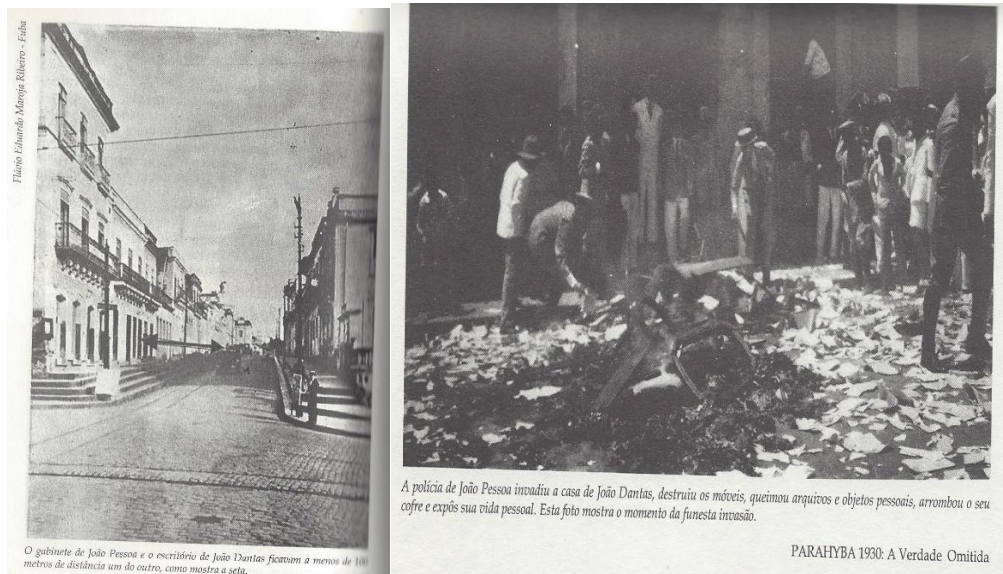
Formou-se uma grande aglomeração de curiosos com filas intermináveis durante dias com o intuito de verem os documentos íntimos dos amantes. Entre os dias 22 a 26 de julho de 1930, o jornal A União promoveu uma campanha de difamação da família Dantas com manchete como “Revelando a Alma Tortuosa dos Conspiradores Contra a Ordem e a Dignidade de Nossa Terra”, isso ocasionou um conflito entre J. Pessoa e a família Dantas.

Figuras 11 e 12 – Anayde Beiriz e João Dantas.



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

Figuras 13 e 14 – Distância entre o escritório de João Dantas e o gabinete do presidente/Móveis e documentos do escritório de João Dantas destruídos.



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

3 OS TRÁGICOS EVENTOS DE JULHO DE 1930 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em sua apresentação no livro *Paraíba 1930 - A Verdade Omitida*, o autor Flávio Eduardo Maroja confidencia que quando jovem, ouviu o Min. José Américo de Almeida ser indagado pelo monitor de sua turma sobre os acontecimentos na Paraíba durante a Revolução de 1930, tendo desviado do assunto alegando não querer falar de “sangue” por serem ainda jovens, foi aquilo despertou a sua curiosidade em querer saber mais sobre a história da Paraíba.

O autor ressalta que sua intenção não é desonrar e nem tão pouco apagar a memória de João Pessoa, que segundo ele, querendo ou não, seu assassinato foi o principal motivo para que se deflagrasse a Revolução de 1930. Porém, ele acha necessário que se conheçam os verdadeiros motivos que levaram a esse fato, através de uma análise fiel, resgatando sobretudo o outro lado da história. Para o escritor, no Brasil tem sido uma prática constante a desvirtualização de fatos que visam proteger a quem está ou esteve no poder, que na Paraíba não é diferente, já que muitas pessoas e correntes ligadas ao personagem não permitem uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. Segundo o autor, a história contada pelos vitoriosos omite verdades, constroem caminho, desvirtuam ideias, visando a manutenção e preservação desses fatos, que muitas vezes não correspondem com a veracidade dos acontecimentos.

Nesse sentido, o autor nos diz que só existe dois aspectos fundamentais para se construir qualquer que seja a história, a realidade dos fatos ou as provas documentais, e é nessa perspectiva que ele procurou desenvolver o seu livro. Quando fala em “verdade omitida”, ele se refere aos fatos contraditórios que propositadamente foram omitidos pelas pessoas que escreveram sobre a Revolução de 1930, para privilegiar os vencedores, assim como o autor, acredito que verdade em História são aqueles fatos que podem ser comprovados através das fontes.

A narrativa é composta de 9 capítulos que abordam desde a fundação da capitania da Paraíba, e mesmo questões políticas do governo de João Pessoa, como a Reforma Tributária, a Revolta de Princesa, a tragédia da confeitaria Glória, entre outros. O livro dispõe de um grande acervo de documentos e fotografia, sendo grande parte de sua propriedade e outras de propriedade de institutos históricos, este acervo é composto de diversas fotografias, tipo busto e paisagem dos personagens envolvidos nesse movimento, como João Pessoa, Epitácio Pessoa, João Dantas, Anayde Beiriz, José Pereira, entre outros. Além de fotografias de jornais da época, fotos de manifestações a favor e contra a revolução, fotos de imóveis destruídos durante a revolta da morte de João Pessoa, entre outras. Em sua totalidade são fotos em preto e branco e em sua maioria as fotos referem-se aos eventos da Revolução de 1930.

3.1 O assassinato de João Pessoa

Em 26 de julho de 1930, João Pessoa viaja para Recife com o intuito de visitar o Juiz Federal Cunha Melo que se encontrava recuperando de uma intervenção cirúrgica, essa foi a informação oficial segundo a imprensa, porém, alguns autores consideram que esta viagem tinha como finalidade um encontro com a cantora lírica Cristina Maristany. Alguns fatores contribuem para essa hipótese como, por exemplo, o fato de João Pessoa viajar sozinho, sem a companhia de seu irmão Oswaldo Pessoa e sem a companhia de seu secretário de segurança José Américo de Almeida. Seus assessores também pediram que ele não viajasse para Recife, pois naquele momento Pernambuco era o Estado que abrigava a maioria de seus inimigos, além do fato de

quando da implantação dos impostos pelo seu governo, terem causados várias dificuldades financeiras para as empresas daquele lugar e levando muitas delas a falência.

Viajar para Recife seria perigoso, o que não foi levado em consideração por João Pessoa que, mesmo diante de tantos acontecimentos, preferiu seguir viagem. Existe ainda o fato que apesar de ter programado o retorno a capital paraibana no corrente dia, João Pessoa passou o cargo para seu vice Álvaro de Carvalho. Uma última evidência que leva a crer que o encontro com a cantora era realmente a finalidade da viagem, foi João Pessoa ter estado na Joalheria Krause e comprado uma joia para provavelmente presentear a cantora, algo propositadamente omitido no momento dos acontecimentos, pois o navio em que a cantora viajava havia atrasado, chegando no dia seguinte e, obviamente, continua difícil desvendar esse mistério.

João Dantas havia visto a notícia da vinda de João Pessoa a Recife na primeira página do jornal A União, no qual havia uma matéria maculando sua imagem e de sua família. Também se junta a revolta de João Dantas o fato de suas cartas íntimas terem sido divulgadas, difamando assim tanto a sua reputação como a de sua amante, pois em uma sociedade conservadora como era a da época, eles seriam estigmatizados como imorais pelo resto de suas vidas.

Diante desta visita de João Pessoa a Recife, João Dantas não teve dúvida, armou-se com um revólver e na companhia de seu cunhado Augusto Caldas percorreu várias ruas da cidade até ver o automóvel do Governo da Parahyba estacionado próximo a Confeitaria Glória, levando a crer que ele estaria lá. Ao adentrar-se na Confeitaria se depara com João Pessoa tomando chá na companhia de Agamenon Magalhães, Caio Abreu e Lima e Alfredo Dias, aproxima-se da mesa encarando o presidente e diz “Eu sou João Dantas”, em seguida efetua três disparos contra o presidente João Pessoa, o primeiro tiro não explodiu, provavelmente porque a munição era velha ou o revolver não era utilizado há algum tempo, mas os dois últimos disparos atingiram o presidente que foi levado para uma farmácia próxima, vindo a falecer minutos depois, não resistindo aos ferimentos.

Em suas memórias, José Américo de Almeida diz: “Novos fatos tinham vindo agravar a animosidade existente entre ele e João Pessoa, a quem passara um telegrama insultuoso que o jornal do governo revidou. Tivera depois a casa, insensatamente varejada, sendo revistado o seu arquivo e apreendida a correspondência íntima que foi divulgada com escândalo. Ausente em Piancó, no centro de operação, a mais de 300 quilômetros, não pude evitar tal destino.” Como pode-se ver, vários acontecimentos contribuíram para esse desfecho trágico, sendo entre eles o que mais influenciou para o assassinato de João Pessoa, o fato de a intimidade de um casal ter sido exposta ao público em uma sociedade conservadora como era a dos anos 30, o que provavelmente baniria tanto João Dantas como Anayde Beiriz de um convívio social normal com esses mesmos pares, esses fatos não justificam, mas explicam esse crime como fruto de uma questão pessoal.

A notícia do assassinato de João Pessoa chega à capital paraibana no fim de tarde, isso provocou um grande conflito entre os liberais e os perrepietas, a violência se generalizou em todas as cidades causando um verdadeiro quebra-quebra, seguido de saques e incêndios nas residências e estabelecimentos dos perrepietas.

A população enfurecida depredou, saqueou e incendiou diversos estabelecimentos dos adversários de João Pessoa, entre eles podemos citar: Casa Vergara, Fábrica Colombo, Moinho Vera Cruz, Farmácia das Mercês, Casa de Ferragem Severino Mesquita, também foi depredada a redação do Jornal O Norte, e as residências do Senador José Gaudêncio, do Dr. Júlio Lira, das irmãs do

Desembargador Heráclito Cavalcanti, do Sr. José Coimbra entre outras, assim como houve depredações nas cidades de Santa Rita, Cabedelo, Espírito Santo, Areia, Guarabira e Campina Grande. Esses acontecimentos da violência contra os perrepistas, promovidos pelos liberais simpatizantes de João Pessoa é até hoje pouco retratado pelos historiadores paraibanos, no IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, apenas se encontram arquivados jornais de partidários de João Pessoa, levando a crer que deliberadamente procurou-se guardar apenas documentos que interessasse aos vitoriosos da Revolução de 1930.

O fato é que, após se constatar a atitude irresponsável de João Pessoa de realizar a invasão de privacidade através da obtenção irregular de documentos de João Dantas, seus assessores procuraram eximir de culpa o principal mandatário paraibano, o delegado Manoel Moraes esquivou-se dizendo ter recebido ordens de Ademar Vidal que, por sua vez, justificou que o cofre foi aberto por ordem judicial, porém essa ordem judicial nunca foi apresentada, mas segundo o autor Joaquim Moreira Caldas, o cofre foi aberto pelo mecânico italiano Pedro Moriele, contratado pessoalmente pelo presidente paraibano pela quantia de 200 mil-réis, paga pelo Chefe de Polícia.

Também é possível citar a proximidade entre o escritório do governo onde o presidente despachava e o sobrado invadido, seria difícil não tomar ciência dos acontecimentos pois foi feita uma fogueira com os móveis, livros e documentos do advogado, o que chamou a atenção das pessoas próximas ao ocorrido. Nesse contexto, procura-se eximir o presidente de não ter partido dele a ordem para expor os documentos no jornal A União, porém foi afirmado pelo próprio diretor do jornal na época, o Sr. Osias Gomes que o Presidente João Pessoa era o verdadeiro diretor do jornal e, que todos os artigos, notas e publicações em geral só eram publicados com ordens diretas dele.

João Dantas foi preso juntamente com seu cunhado Augusto Caldas e encaminhados para o presídio do Recife, durante o período em que ficaram presos sofreram humilhações, insultos e ameaças como a declaração de um grupo de revolucionários de que os dois seriam queimados vivos em praça pública da capital paraibana, onde já havia doze cargas de lenha a espera. Com a vitória dos revolucionários em 06 de outubro de 1930, passou-se a formar uma aglomeração em frente a penitenciária pedindo a morte dos assassinos de João Pessoa.

Na capital paraibana o padre Mathias Freire perguntava em seus discursos inflamados, qual deveria ser o destino dos assassinos do presidente. “A Fogueira!” Gritavam alguns. “A Forca!” Respondiam outros. João Dantas recebeu em uma das suas últimas visitas no fatídico dia em que foi encontrado morto, o então estudante de Direito, Antonio Pereira Diniz, que veio a ser eleito Deputado Federal pela Paraíba 20 anos depois, ele relata que chegou na enfermaria a tempo de ver uma provocação feita ao preso por outro visitante, e intervendo para acabar com o diálogo áspero lhe pergunta, por que como notável advogado ele não recorreu à justiça? João Dantas lhe responde “ofendido como fui em minha honra, só podia desagrava-lo como fiz”.

O aluno da Faculdade de Direito pôde ver por volta das 13h desse corrente dia dois corpos encharcados de sangue em uma cela em que se via livros e pilhas de jornais, a conclusão oficial foi de que se tratou de um suicídio, sendo que João Dantas teria assinado seu cunhado Augusto Caldas e, em seguida, cometido o ato contra si mesmo.

Para justificar o tresloucado gesto foi encontrado nos bolsos do dois presos bilhetes onde João Dantas dizia: “Mato-me de consciência serena e ânimo firme porque estou entregue a bandidos e meu brio não suporta humilhações”, já Augusto

Caldas escreve: “Morro porque estando inocente no crime porque me acusam não posso aceitar o julgamento de fanáticos salteadores”, porém, essa versão de suicídio deixa lacunas de dúvidas pois, após explodir a revolução, João Dantas escreve uma carta informando que estava receoso pela situação em que se encontrava e relatando as ameaças que estava sofrendo e solicita, “Vê se por intermédio do pessoal do Rio evita-se minha morte”.

João Dantas também procurou isentar seu cunhado Augusto Caldas de ter responsabilidade no assassinato de João Pessoa, sua única participação foi acompanhá-lo na fatídica empreitada. O fotógrafo francês Louis Pierreck foi o responsável por tirar a última foto do presidente antes do assassinato, ao saber das mortes de João Dantas e Augusto Caldas, dirigiu-se a Casa de Detenção onde se encontrava os corpos e cuidadosamente fotografou tudo. No entanto, Pierreck teve que retornar após algumas horas para tirar novas fotos pois os corpos haviam sido manipulados para dar a impressão de que havia tido luta corporal entre os dois seguido de um suicídio, essas fotos tiradas foram as fotos oficiais que saíram nos jornais da época.

Depois de ter acatado as ordens dos correligionários de João Pessoa e das autoridades pernambucanas, Louis Pierreck entrou em profunda depressão e com um peso na consciência acabou cometendo suicídio em seu apartamento. A farsa do suicídio de João Dantas só foi descoberta depois que foi encontrado em seu cofre, um envelope lacrado contendo as fotografias originais do duplo assassinato, nelas encontram-se os corpos de João Dantas e Augusto Caldas banhados em sangue, o que contradiz a foto oficial em que os corpos se encontram menos ensanguentado e os moveis tirados dos lugares para justificar que houve luta corporal, havia a foto do corpo de Augusto Caldas com os bolsos remexidos e as mãos ensanguentadas.

Já a foto oficial mostra o corpo com as vestes recompostas e as mãos limpas, isso comprova que houve uma adulteração proposital da cena do crime para atender aos interesses das autoridades na época. Também foi feita a exumação do corpo de João Dantas e descobriu-se que seu crânio se encontrava rachado, provavelmente da consequência de fortes pancadas recebidas de seus algozes, os negativos das fotos tiradas por Louis Pierreck foram entregues pelo seu filho aos familiares de Augusto Caldas.

João Dantas e Anayde Beiriz voltaram a se encontrar em rápidas visitas na Casa de Detenção antes de sua morte, mas após insuportável pressão que os policiais exerceram sobre a jovem, as visitas foram substituídas pela troca de bilhetes. A pressão de populares que a xingavam de prostituta e amante do assassino de João Pessoa, também forçou a jovem a mudar de localidade quase toda a semana, o que a levou a ir parar no Asilo Bom Pastor – um internato de recuperação de prostitutas e era protegida pelas freiras Carmelitas do local.

Após a vitória da Revolução e a trágica morte de seu namorado, Anayde Beiriz toma a triste decisão de se suicidar, no dia 22 de outubro de 1930, sai pela manhã e mal consegue voltar ao asilo, tendo caído no pátio onde havia ingerido horas antes uma dose exagerada de arsênico. Seu corpo foi entregue as autoridades pelas religiosas, sem ler um uma carta que a jovem deixara na bolsa explicando a razão de seu suicídio. No bolso de João Dantas foi encontrado um bilhete que era dirigido a sua amada, mas ambas as cartas foram apreendidas pelas autoridades e nunca tiveram seu conteúdo divulgado, tendo desaparecido nos arquivos da polícia de Pernambuco. Seu local de sepultamento é desconhecido, enquanto poucos sabem a localização do túmulo de João Dantas na Fazenda São Pedro das Lajes, nos confins de Pernambuco, a morte de Anayde Beiriz não foi registrada por nenhum jornal

paraibano enquanto apenas o Jornal de Recife, publicou uma pequena nota de falecimento.

Após a morte de João Dantas, foram propagadas uma série de mentiras a seu respeito como a que ele portava passaporte para fugir do país, o destino era a Europa, o país Portugal, houve um editorial de primeira página do Jornal do Recife, noticiando o suicídio de sua mãe D. Júlia Veloso Dantas, essa notícia era totalmente infundada, pois a mãe de João Dantas faleceu em 27 de novembro de 1944, quatorze anos depois dos acontecimentos.

A propagação dessas mentiras tinha como finalidade atender aos principais líderes da revolução, também não havia interesse em colocar em evidência o nome do assassino, assim como a razão para o tresloucado gesto com a finalidade de despersonalizar o atentado. Preconceito, sectarismo e intolerância, perturbaram profundamente a veracidade das pessoas envolvidas nesse conflito de interesses.

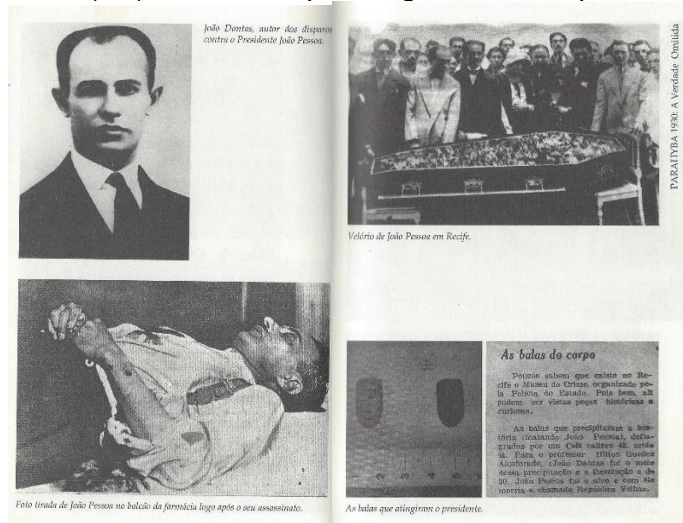
Uma vítima indireta do assassinato de João Pessoa foi seu antecessor no cargo de presidente da Paraíba, o presidente João Suassuna que teve, igualmente, um fim trágico. Ele havia sido culpado pela morte do presidente por seus partidários, inclusive havia sido indiciado em inquérito instaurado no Recife como cúmplice do assassinato, nesse período ele exercia o cargo de Deputado Federal e, mesmo com a campanha de difamação promovida pela imprensa contra sua pessoa, a Câmara Federal rejeitou o pedido da justiça livrando-o do processo.

João Suassuna se encontrava no Rio de Janeiro e após a decisão da Câmara optou por não voltar imediatamente para a Paraíba com o intuito de evitar provocações dos aliados do presidente morto, além disso, pressentia que poderia ser morto; tendo na véspera do assassinato escrito uma carta para sua esposa Ritinha informando do receio de que talvez não voltasse a vê-la e que informasse a seus filhos, parentes e amigos leais de que era inocente na morte de João Pessoa. Ele foi morto no dia 9 de outubro de 1930 às 8h da manhã, em represália pelo assassinato de João Pessoa,

Ao sair do hotel Horizonte no Rio de Janeiro, resolveu voltar para pegar uma capa, visto que ameaçava chover naquela manhã, encontrou no caminho de volta seu amigo Caio Gusmão e perceberam que um indivíduo os perseguia, em dado momento, ouviu-se os tiros disparados. João Suassuna havia sido atingido nas costas, mas conseguiu reagir sacando seu revólver e perseguir o assassino, mas acabou tombando sem vida sobre a calçada de uma rua próxima ao evento trágico.

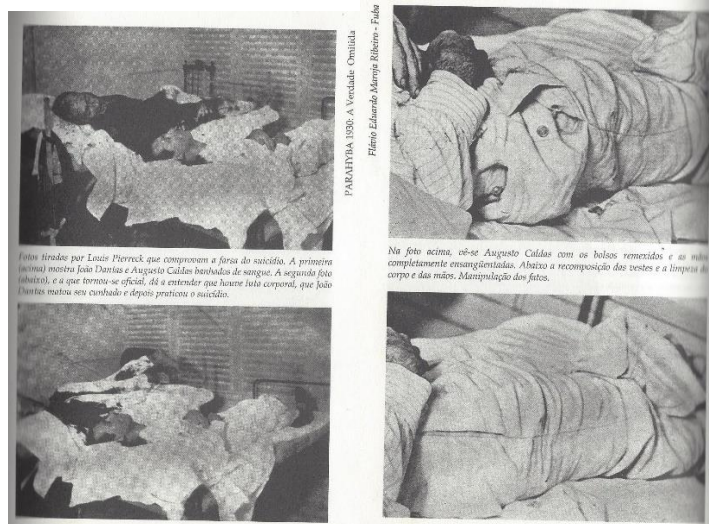
Como se sabe, João Suassuna nada teve a ver com o assassinato de João Pessoa, mas a intolerância e o fanatismo dos correligionários de João Pessoa o transformaram em mais uma vítima da insensatez de pessoas fanáticas.

Figuras 15 e 16 – João Dantas e o corpo de João Pessoa/Velório de João Pessoa em Recife (PE) e as balas que atingiram seu corpo



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

Figuras 17 e 18 – Corpos de João Dantas e Augusto Caldas manipulados.



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

Figuras 19 – Chegada do corpo de João Pessoa à Paraíba, na foto está presente o autor José Joffily.



Fonte: Revolta e Revolução – Cinquenta anos depois.

3.2 O excesso de fanatismo

A morte de João Pessoa fez surgir um fanatismo exagerado nunca visto antes na história da Paraíba. Para explicar esse fenômeno, vale salientar que naquela época a capital paraibana tinha uma população de pouco mais de 60.000 habitantes, desse total, 74% das pessoas eram analfabetas e, por conseguinte, fáceis de serem manipuladas. Apesar de João Pessoa ter dividido as regiões do sertão e litoral com sua política tributária, além das formas promovidas por seu governo para sufocar a Revolta de Princesa, ele era bem querido e respeitado na capital.

Isso deve-se a seu governo populista ter procurado privilegiar mais o litoral através da priorização de sua administração nas obras realizadas nessa região, o seu carisma era um diferencial natural entre a população analfabeta e desinformada, o uso tendencioso do jornal A União também contribuiu para o surgimento desse fanatismo exagerado; aliado a isso, a tragédia da Confeitaria Glória foi usada pelos políticos da Aliança Liberal, para manipulação da população para atender a seus interesses, transformando assim João Pessoa em “salvador da pátria”, pois quem havia sido assassinado não era apenas o Presidente da Paraíba, mas sim o candidato a vice-presidente e sobrinho do, não menos importante, Epitácio Pessoa – um dos homens mais influentes e de grande prestígio político na Paraíba e do Brasil. O próprio uso da mídia aliancista aliado aos fervorosos discursos liberais, fez com que surgisse um fanatismo generalizado em torno da figura de João Pessoa.

Como exemplo desse fanatismo, pode-se citar que durante os funerais, as pessoas eram obrigadas a se ajoelharem sob pena de serem agredidas, uma fotografia de João Pessoa de corpo inteiro foi confeccionada para que desfilasse nas ruas da capital, na tentativa absurda de santificar o presidente. Foi construído em frente à Escola Normal um oratório chamado “Altar da Pátria”, para adoração e reza à alma do presidente em que o histerismo e fanatismo religioso era propagado com frases como “Viva o presidente! Viva a revolução! Ele não morreu!”.

Tentaram realmente colocar uma auréola de santo sobre sua cabeça, um jornal chamado O Liberal chegou a noticiar um milagre atribuído a ele pela população, sem identificar qual foi o milagre e nem quem havia sido beneficiado pela graça. Ora, um jornal tendencioso com esse nome não parece estranho publicar matéria tão absurda.

A utilização da música foi uma das formas de influenciar as pessoas a aderirem à causa dita revolucionária, muitas versões foram adaptadas em cima de músicas conhecidas e outras foram compostas por poetas da época, também foi composto um hino a João Pessoa que tentaram transformá-lo como hino oficial da Paraíba, hino este que chega ao absurdo de ter em uma de suas estrofes a frase “Toda Pátria espera um dia a sua ressurreição”, isso mostra o grau de fanatismo religioso existente na época, mesmo tendo sido transformado em lei, praticamente ninguém o conhece até hoje.

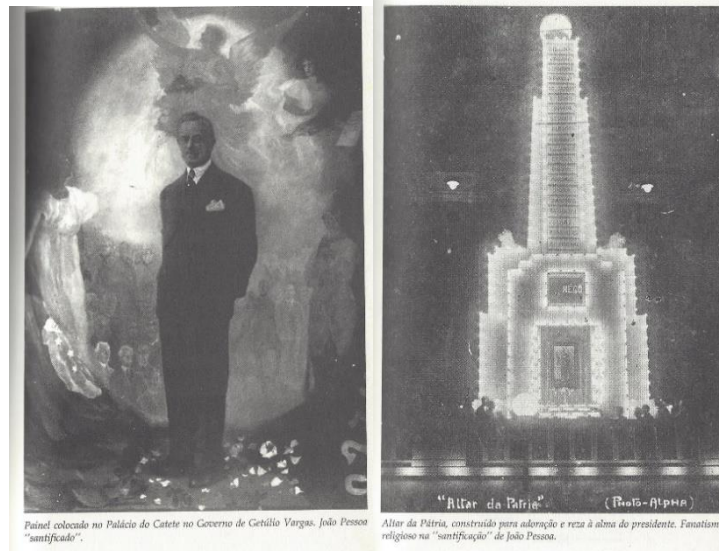
Criou-se um verdadeiro cenário de “via sacra” em torno da figura de João Pessoa, autoridades em seus discursos cantavam o hino de João Pessoa, e bastava alguém gritar “de joelhos” para que toda multidão obedecesse. Caso alguma pessoa não o fizesse seria logo ameaçada com a frase “ajoelha, perré”, e se não atendesse seria hostilizado e ameaçado de linchamento.

Um ano após a morte de João Pessoa, foi preparada um período de 9 dias de homenagem ao presidente morto, durante todos os 9 dias as repartições encerravam seu expediente antes do horário e o comércio era fechado mais cedo. No “Altar da Pátria”, o retrato do presidente era velado por diferentes classes dia e noite, assim como eram convocadas escolas e colégios da capital para velarem a foto do presidente.

Foram hasteadas as bandeiras da Nação e do Estado em todos os edifícios públicos. Os habitantes da capital também eram obrigados a hastear uma bandeira vermelha, cor da aliança liberal em suas residências. Anos após a morte de João Pessoa, os colégios e seus professores eram orientados a doutrinar seus alunos em uma verdadeira lavagem cerebral, com a intenção de colocá-lo como mártir da revolução, um Decreto de outubro de 1930 inseria no material didático das escolas paraibanas o retrato de João Pessoa, eram exaltadas suas atitudes de grande patriota paraibano, inserindo-o como o menino pobre que foi morto em defesa do Estado.

No “Altar da Pátria” eram realizadas aulas de campo com discursos de professores e questões relacionadas ao presidente eram elaboradas para depois serem sabatinadas. Eram entoados pelos alunos os Hino de João Pessoa e Hino Nacional, e depois jogadas flores na estátua do presidente na praça que leva seu nome. A mesma metodologia de memorização e consagração de João Pessoa como maior herói paraibano de todos os tempos era usada nas escolas e colégios do interior do estado, mostrando que a intenção do Estado era a de produzir um “herói” local para ser reverenciado pelas gerações futuras.

Figuras 20 e 21 – Painel pintado com a imagem de João Pessoa “santificado”/”Altar da Pátria”, construído para adoração e reza à alma de João Pessoa.



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

3.3 O uso político da morte de João Pessoa

O assassinato de João Pessoa foi astutamente utilizado pelos aliancistas para estimular a revolução, apesar de 17 estados da Federação terem apoiado a chapa oficial de Júlio Prestes e Vital Soares, a Aliança Liberal ganhava cada dia mais força. A principal medida dos aliancistas era a anistia aos militares punidos durante a revolta de 1922, que ironicamente favorecia aos tenentes julgados e condenados por João Pessoa que foram exilados.

Nesse contexto, se junta ao movimento uma figura de fundamental importância para a revolução, trata-se do empresário de comunicação Assis Chateaubriand, que como entusiasmado defensor da revolução achava pouco eficiente a influência dos jornais disponíveis na época. Usando esse argumento, conseguiu recursos para duplicar sua rede de jornais, num período de um ano, adquiriu o Diário de Notícias de Porto Alegre, o Diário da Noite do Rio de Janeiro, o Diário de Minas Gerais, O Jornal e Os Diários de São Paulo, além da revista O Cruzeiro.

Dessa forma, Chateaubriand inicia as articulações junto aos chefes políticos para dar sustento à construção da conspiração, articulando juntamente com o presidente de Minas Gerais, um encontro do Cel. Klinger com Afrânio de Melo e Oswaldo Aranha que eram dirigentes da Aliança Liberal, porém o plano conspiratório não funcionou já que o Coronel se recusou a apoiar um possível golpe militar.

Procurou-se então a segunda opção, que foi formar uma chapa concorrente. Ficando o governador de Minas encarregado de falar com Getúlio Vargas para concorrer a Presidente e Assis Chateaubriand encarregado de falar com seu conterrâneo João Pessoa para concorrer a Vice-Presidente.

Em seu diálogo com João Pessoa, Assis Chateaubriand fala sobre o temor de perder as eleições por causa de fraude e insinua uma revolta armada caso isso aconteça, ao que lhe responde João Pessoa, “prefiro ver o senhor Washington Luiz ou o senhor Júlio Prestes passarem 20 anos no Palácio do Catete a jogar o povo numa guerra entre irmãos”, como é perceptível, João Pessoa era completamente contra a ideia de uma tomada de poder pela força.

As eleições foram realizadas e como se esperava o resultado nas urnas deu a vitória ao candidato do governo, no total Júlio Prestes teve 1.100.000 votos contra 737.000 votos dados a Getúlio Vargas, assim como Vital Soares teve 1.079.000 votos contra 725.000 votos dados a João Pessoa. Após as eleições, como era de se esperar, a Aliança Liberal faz acusações de fraude no processo eleitoral, Assis Chateaubriand escreve diversos editoriais em seus jornais fortalecendo as acusações, começando a elaboração de uma conspiração com o intuito de derrubar o Governo Federal usando o argumento de uma revolução para isso.

A Aliança Liberal tinha conhecimento que mais cedo ou mais tarde o país passaria por uma transformação social independente da revolução, porém, o assassinato de João Pessoa foi a principal motivação para reacender a conspiração, o que acabou efetivamente provocando a revolução.

No dia 26 de julho, Assis Chateaubriand jantava com o governador mineiro Antonio Carlos quando recebeu uma ligação informando sobre o assassinato do presidente paraibano, e foi imediatamente coordenar a cobertura do crime através de seus jornais, mesmo tendo tido conhecimento de todos os acontecimentos anteriores ao crime. Ele pressentiu, diante daquela situação, a chance de provocar o surgimento do movimento conspiratório, entrando em contato com seus principais jornais e orientando os seus editores sobre como deveria ser tratado o assunto e, logo após, sentou-se à mesa para redigir o seu artigo. Na manhã seguinte, o jornal Diário da Noite do Rio de Janeiro estampava a manchete sensacionalista na primeira página, "JOÃO PESSOA ASSASSINADO! O criminoso: João Duarte Dantas. O responsável: O governo federal", essa foi a tônica de todas as coberturas dos jornais de sua propriedade.

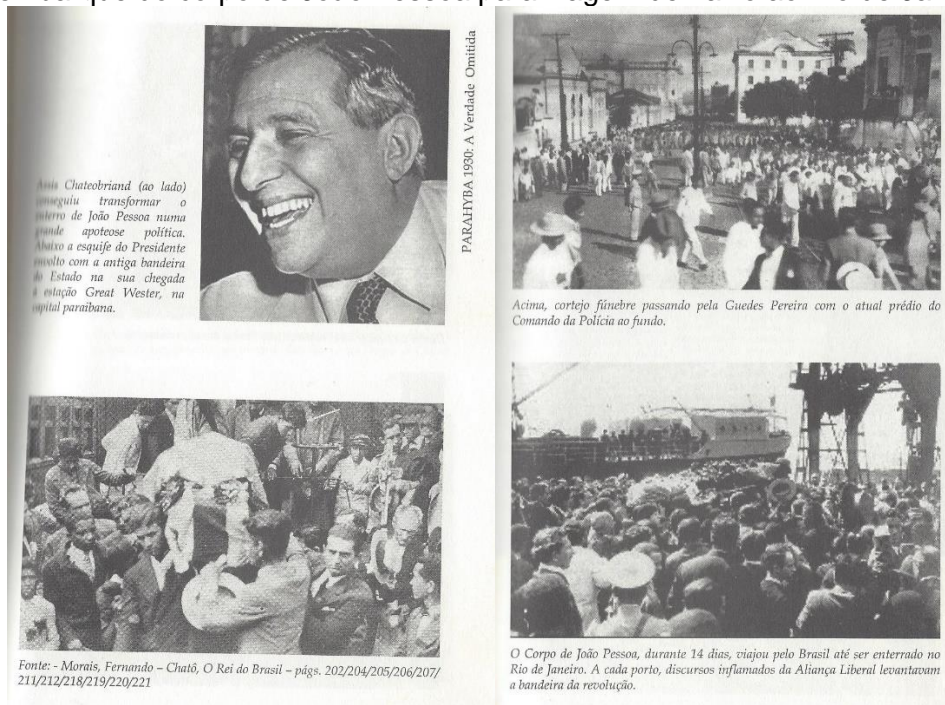
Após o assassinato, o corpo de João Pessoa foi embalsamado e permaneceu em Recife, sendo realizado um desfile pelas principais ruas da cidade. No dia 28 de julho de 1930, o corpo foi levado de trem para a capital paraibana, sendo recebido por uma multidão e carregado por populares até a Matriz de Santo Antônio onde foi velado. Permaneceu na capital por mais dois dias e deveria seguir de avião no dia 31 para o Rio de Janeiro cidade em residia sua família e seria enterrado.

O presidente eleito Júlio Prestes se encontrava em viagem pela Europa e Estados Unidos e retornaria ao Brasil entre os dias 4 e 5 de agosto de 1930, foi então que os aliancistas tiveram a ideia de prolongar o velório até a chegada do presidente eleito na intenção de inflamar ainda mais a população e constranger Júlio Prestes. A solução foi transportar o corpo por navio fazendo paradas estratégicas nas capitais dos Estados por onde passava; eram feitos discursos inflamados atribuindo ao Governo Federal o assassinato do presidente da Paraíba.

Depois do retorno do presidente eleito, no dia seguinte ao desembarque no cais do Rio de Janeiro, os seis jornais pertencentes a Assis Chateaubriand publicam um artigo assinado pelo próprio, que faz uma analogia da chegada dos dois navios, onde enquanto um chega com o corpo do presidente paraibano exterminado pela política miserável do governo central, o outro regressa de uma excursão aos Estados Unidos e Europa, a intenção de Assis Chateaubriand foi estimular deliberadamente um clima de comoção no aguardo da chegada do corpo de João Pessoa.

Após a chegada, escreveria outro artigo conclamando a população para acompanhar o cortejo fúnebre até o cemitério. A Aliança Liberal com a ajuda de Assis Chateaubriand tinha assim transformado o funeral do presidente João Pessoa em uma colossal apoteose política que iria servir como gatilho para a Revolução de 30.

Figuras 22 e 23 – Assis Chateaubriand e chegada do corpo de João Pessoa/Cortejo fúnebre e embarque do corpo de João Pessoa para viagem de navio ao Rio de Janeiro.



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

3.4 O exagero nas homenagens

Como visto, o assassinato de João Pessoa desencadeou uma comoção social muito forte que acabou se transformando em fanatismo exacerbado, o que José Américo definiu como “loucura coletiva” e Álvaro de Carvalho chamou de “demência generalizada”, esse sentimento acabou por desencadear uma série de homenagens excessivas.

Diversas leis foram criadas para esse fim, a Lei nº 699 de 29 de agosto de 1930 autorizou o governo a construir um monumento em sua memória no cemitério São João Batista na cidade do Rio de Janeiro, no dia 9 de setembro de 1930. Com a Lei nº 702 decreta-se feriado o dia 26 de julho em homenagem a sua morte, feriado este que não se consolidou. Neste dia, através da Lei nº 701, o governo concedeu uma pensão a cada um dos quatro filhos do presidente mesmo sua família tendo sido radicada na cidade do Rio de Janeiro. No dia 30 de setembro, a Lei nº 708 autoriza a construção de uma estátua do presidente para ser colocada na capital do Estado e, através da Lei nº 711 é escolhido um novo Hino Oficial para o Estado.

O excesso de homenagens continua, a Praça Comendador Felizardo na capital passou a se chamar Praça João Pessoa, o fanatismo era tão grande que uma popular de nome Analice sugeriu que fosse construído em sua homenagem um “Arco do Triunfo” nos mesmos moldes do que há em Paris, mas o projeto não foi a frente por falta de recurso. As principais consequências desse excesso de homenagens vieram através das Leis nº 700 – que mudou no nome da capital de Parahyba para João Pessoa, e a Lei nº 704 que mudou a bandeira do Estado.

Em agosto de 1930 inicia-se um movimento para a mudança do nome da capital de Parahyba para João Pessoa em homenagem ao presidente morto, essa mudança foi sugerida pelo poeta Américo Falcão e contou com o apoio de Irineu Joffily e Argemiro de Figueiredo, entre outros. Esta mudança deveria ter a concordância da

Assembleia Legislativa que na época funcionava provisoriamente no Teatro Santa Rosa. Liderados por Neiva Figueiredo, os parlamentares rejeitavam a proposta de mudança do nome da capital e o sucessor do presidente morto Álvaro Pereira de Carvalho era contra essa mudança.

Porém, no dia 04 de setembro de 1930 houve uma seção onde a mesa diretora da Assembleia era composta pelo presidente Antonio Guedes, sendo o 1º secretário Severino de Lucena e o 2º secretário João Maurício de Medeiros, vale salientar que nas seções anteriores não houve a presença de populares, mas nesta última seção o padre José Coutinho muito conhecido na capital e apoiador de todas as homenagens a João Pessoa, consegue arregimentar um bom número de correligionários do presidente morto para comparecer nessa seção da Assembleia com o objetivo de pressionar os deputados a aprovarem a mudança do nome da capital.

A seção foi acompanhada de discursos inflamados e também de agitação e turbulência, os deputados que insistiam em conservar o nome da capital eram vaiados, hostilizados e até agredidos com ovos jogados pelos populares. Diante de tamanha pressão, os deputados acabaram por aprovar a mudança do nome da capital paraibana de Parahyba para João Pessoa, essa mudança foi aprovada através da Lei nº 700 de 04/09/1930.

Outra mudança que causou grande impacto, diz respeito a alteração da bandeira do Estado para o atual modelo extravagante das cores vermelha e preta com a inscrição “Nego”, esta mudança foi feita ainda no mês de setembro e nos mesmos moldes da seção que mudou o nome da capital, ou seja, através de pressão aos parlamentares feita pelos correligionários do presidente morto.

Trata-se de uma bandeira política onde os significados são o preto do luto pela morte do presidente, o vermelho que era a cor oficial da Aliança Liberal e que erroneamente é associado ao sangue derramado pelo presidente e o nome “Nego” em alusão a negativa de apoio da Paraíba a candidatura de Júlio Prestes à presidência do país.

Vale destacar, mais uma vez, que João Pessoa queria apoiar a candidatura de Júlio Prestes em um primeiro momento, tendo inclusive o próprio presidente paraibano escrito uma carta para amigos do Rio de Janeiro agradecendo a lembrança de seu nome para o cargo e dizendo não aceitar a indicação para tão importante cargo por não se achar merecedor, porém, dois dias depois desta carta seu padrinho político Epitácio Pessoa mandou-lhe um telegrama impondo sua candidatura na chapa com Getúlio Vargas, levando seu governo a participar daquela aliança.

Ademais, tem-se que a palavra “Nego” que, existe na atual bandeira como uma negativa em apoiar a candidatura de Júlio Prestes à presidência, também não passa de mais um exagero histórico. Segundo o historiador Hélio Silva, um estudioso sobre a vida de Getúlio Vargas, o que houve em relação a Paraíba foi a intervenção do senador Epitácio Pessoa aconselhando seu sobrinho a não aceitar a candidatura de Júlio Prestes, dessa forma surgiu mais uma das mentiras de bronze inventada para desfigurar fatos históricos.

Apenas o líder da Paraíba na Câmara de Deputado, o deputado Tavares Cavalcante foi incumbido de comunicar que João Pessoa aceitaria a indicação de seu nome para vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, a palavra “Nego” não é encontrada em nenhum documento da época e não está no telegrama comunicando a posição da Paraíba na sucessão presidencial de 1930, e assim foi redigido: “Reunido o Diretório do Partido, sob minha presidência, depois de consultados os amigos de maior representação política, resolveu unanimemente não apoiar a candidatura do eminente Dr. Júlio Prestes à sucessão presidencial da República. Peço comunicar

esta solução ao “leader” da maioria em resposta a sua consulta sobre atitude da Parahyba. Queira transmitir aos demais membros da bancada esta deliberação do Partido que, conto, todos apoiarão com a solidariedade sempre assegurada. Saudações JOÃO PESSOA”.

Dessa forma verifica-se que houve um excesso de homenagens ao presidente morto. E, que algumas influenciaram e continuam a influenciar a historiografia paraibana até os dias de hoje mesmo após termos tido conhecimento de todos os fatos contraditórios ocorridos antes e durante a Revolução de 1930.

Figuras 24 e 25 – Bandeira do estado da Paraíba antes e depois da Revolução de 1930/Artigo do Padre Zé Coutinho, responsável por arregimentar populares para a seção que fez a mudança do nome da capital



Fonte: Parahyba 1930: A Verdade Omitida

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns autores como Oswaldo Trigueiro, Marcílio Franca, Maria do Carmo Andrade, além de historiadores e intelectuais fazem a análise dos eventos do governo de João Pessoa na Paraíba, preferindo enaltecer a figura do então presidente com qualidades como “estadista”, “moralizador da Paraíba” pelo motivo de ter combatido o coronelismo no Estado ou mesmo como alguém que rompeu com “paradigmas familiar”, visto que adotou medidas que afrontaram primos poderosos e rompeu também com o tio Epitácio Pessoa, evitando assim sua hegemonia no Estado, achando que seria amplificada na figura do sobrinho chefe do executivo estadual e, por fim, associam o assassinato do presidente da Paraíba à revolução de 1930 como fizeram os políticos e apoiadores da aliança liberal.

Como apontado ao longo da pesquisa, após a morte de João Pessoa houve um processo de doutrinação das pessoas para que sua imagem fosse cultuada como a de um “herói”, na verdade, houve o que se pode chamar de uma “fabricação de um herói”, pois procuraram apenas divulgar o que acharam conveniente para transforma-

lo em um “mito político” e procuraram omitir os fatos que prejudicassem a formação dessa imagem.

Na realidade o governo de João Pessoa cometeu uma série de equívocos. Para começar, João Pessoa não tinha nenhuma experiência como político, visto que não havia exercido nenhum cargo desse tipo até então, tendo sido alçado ao cargo de Presidente da Paraíba através do prestígio político do tio Eptácio Pessoa, toda sua carreira profissional tinha sido pautada na área do magistério, onde havia exercido o cargo de juiz do Supremo Tribunal Militar, também indicado por seu mentor Eptácio Pessoa.

Logo elevá-lo ao patamar de “estadista” é um exagero, visto que seque mantinha qualquer tipo de diálogo com seus opositores, muito pelo contrário, passou a perseguí-los como se fossem seus inimigos pessoais e, para isso quebrava as regras pela qual havia sido pautada sua vida de magistrado, ordenando invasões, agressões, apropriações de documentos de seus opositores e procurando ridicularizar seus inimigos junto à opinião pública divulgando a vida íntima deles.

Outro equívoco de seu governo deu-se quando impôs a escolha de seus candidatos para as eleições de 1930, excluindo todos os candidatos com a justificativa de renovação, mas mantendo um parente próximo o que gerou o descontentamento das oligarquias que haviam apoiado a sua indicação para Presidente da Paraíba, pior ainda foi sua decisão de enviar tropas de soldados para o sertão com a intenção de intimidar as lideranças políticas locais.

Isso ocasionou a página mais triste da história da Paraíba que foi a “Revolta de Princesa”, onde centenas de pessoas morreram, esse período da história da Paraíba é, talvez propositadamente, negligenciada até hoje com o intuito de procurar eximir as autoridades do governo, incluindo João Pessoa, da culpabilidade nesse evento trágico, chegando a justificar tal atitude para a população com a justificativa de que estavam combatendo o que chamavam de “cangaceiros de gravata”, ainda nos dias de hoje são propagadas em comemorações da revolução de 1930 em jornais, informações falsas de que os sertanejos pretendiam invadir a capital do Estado para justificar a guerra civil travada na Paraíba em 1930.

Por fim, após a morte João Pessoa e, em meio a um enorme clima de comoção de seus apoiadores, uma vasta quantidade de homenagens foram feitas ao presidente morto. Foi colocado seu nome em praças e ruas em todo o Estado. Porém, duas homenagens marcaram profundamente a historiografia paraibana, vale salientar que as duas homenagens foram impostas por seus admiradores e simpatizantes através da pressão e intimidação dos parlamentares contrários a ela.

A primeira foi a mudança do nome da capital de Estado de “Parahyba” para “João Pessoa”, é sabido que diversas cidades no Brasil e no mundo levam o nome de personagens políticos, como é o caso das cidades brasileiras de “Petrópolis” e “Florianópolis”, que até hoje conservam esses nomes, mas algumas cidades reavaliaram junto a população a mudança do nome que homenageava o político para o nome original da cidade, como exemplo, a cidade de “Eduardo Gomes” no vizinho estado do Rio Grande do Norte que voltou a se chamar “Parnamirim”. Na Paraíba tem-se o exemplo da cidade de “Antenor Navarro” que voltou a se chamar “São João do Rio do Peixe” e, a contexto mundial, pode-se citar as cidades de “Leningrado” e “Stalingrado” na extinta União Soviética que voltaram a ser chamadas pelos seus nomes originais “São Petersburgo” e “Volgogrado” na atual Rússia.

Há mais de três séculos, a capital era chamada de “Parahyba”, nome indígena do rio que corta nosso Estado e que também deu nome à então capitania fundada pelo Rei de Portugal, isso depois de ter tido três nomes, sendo dois deles impostos

em homenagens a monarcas da época, voltaram a impor a troca do nome da capital em homenagem a um político. Existe um dispositivo na Constituição Estadual que autoriza a realização de um referendo que é uma consulta popular em que o povo ratifica ou rejeita uma lei já aprovada pelo Estado, trata-se do artigo 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado da Paraíba, mas esse dispositivo precisa ser acionado por algum Deputado Estadual para que seja feita a votação, mas até hoje não foi acionado por nenhum.

Entre os motivos para a não realização desse referendo pode-se citar a total desinformação de grande parte da população do Estado sobre os fatos omitidos pelos simpatizantes da revolução de 1930, além da pressão exercida ainda hoje pelos simpatizantes e familiares de João Pessoa para que continue sendo cultuada essa imagem de “herói” construída para o presidente morto.

A segunda e mais danosa para a historiografia paraibana, foi a troca da bandeira para o atual modelo em preto significando o luto pela morte do presidente do Estado, o vermelho que foi divulgado erroneamente entre a população que significaria o sangue derramado pelo presidente, mas que na verdade significa a cor da Aliança Liberal, partido que apoiou a revolução de 1930. A bandeira anterior a mudança era composta de cinco listras verdes e quatro listras brancas, no centro havia um círculo amarelo contendo um escudo com a borda em azul contendo dezesseis estrelas brancas significando o número de comarcas na época e no centro desse escudo havia a inscrição da data de 05 de agosto de 1585 em alusão a data de fundação da Paraíba.

A troca da bandeira da Paraíba não foi aceita pelo então mandatário da época, o Presidente Álvaro de Carvalho, sob a alegação de que se tratava de uma bandeira política e não representava a história e nem o povo da Paraíba, um entendimento que corroboro, posto que o governante tem razão, a bandeira de um Estado significa a identidade histórica de seu povo que não deve estar ligado a interesses políticos de uma parte de seus cidadãos.

A maioria de nossa população é totalmente leiga no que diz respeito a história de nosso Estado, todas as informações são erroneamente direcionadas ao evento da revolução de 1930, a exemplo do feriado estadual de 05 de agosto, esta data também é considerada a fundação da capital do Estado, que a mídia divulga como sendo aniversário de “João Pessoa”, lógico que identifica-se como sendo da capital do Estado, mas o leigo associa a data a pessoa e, infelizmente, boa parte da população acha que trata-se de um feriado em homenagem a morte do político, isso acontece devido a mídia não destacar a data com o evento mais importante que foi a fundação do Estado da Paraíba.

Há dezenas de livros já editados que desvendam os reais fatos acontecidos na revolução de 1930, como exemplo, a “Revolução e Revolta – 50 anos depois” do autor José Joffily, “A República de Princesa – José Pereira x João Pessoa” do autor Joaquim Inojosa, “Anayde Beiriz – Paixão e Morte na Revolução de 30” também do autor José Joffily, “Porque João Dantas Assassinou João Pessoa: O delito da Glória e a tragédia da penitenciária do Recife” do autor Joaquim Moreira Dantas e “Parahyba 1930 – A Verdade Omitida” do autor Flávio Eduardo Maroja, entre outros, porém essas fontes são propositadamente negligenciadas pelo motivo de não haver interesse das autoridades para que esses fatos venham ao conhecimento da população.

Existem movimentos e sites como “Movimento Varadouro Cultural” que defende a volta da bandeira original da Paraíba, além dele, existe o movimento “Paraíba capital Paraíba” que tem como objetivo retornar o nome original da capital do Estado, pleiteando o retorno da bandeira original, porém esses movimentos vêm perdendo força ao longo do tempo.

No mais, o que se percebe são os muitos interesses para que esses fatos não se tornem públicos, para isso, os interessados procuram dificultar ao máximo essa divulgação, exemplo disso, me confidenciou o autor Flávio Eduardo Maroja informando que quando escreveu o livro “Parahyba 1930 – A Verdade Omitida”, citado anteriormente, recebeu ameaças de morte e teve que contratar seguranças para poder circular na capital, além disso, seu livro não poderia estar em bibliotecas da Paraíba, chegando ao ponto de, com a força política que detém esse grupo de simpatizantes do presidente morto, conseguir cancelar uma entrevista do autor em um programa de audiência nacional.

Durante o curso de História tomei conhecimento de que muita coisa que me foi ensinado no período do ginásio, correspondente ao ensino médio hoje em dia, não condizia com o que era realmente verdade nos acontecimentos históricos, houve muita desconstrução de mitos e heróis. Posso citar que aprendi que a Princesa Izabel foi a heroína que libertou os escravos, quando se sabe que, na verdade, essa libertação foi fruto de pressão da Inglaterra para que o Brasil abolisse a escravidão sendo ela apenas a monarca encarregada de assinar a Lei Aurea.

Acredito que ainda hoje em dia os ensinamentos de história continuam direcionados na exaltação desses heróis, pois como disse Erick Hobsbawm, existe essa intenção de estimular nas pessoas esse sentimento de “patriotismo, dever e lealdade”, e a criação de mitos e heróis é uma forma de estimular esse sentimento que deve começar desde cedo e a escola é usada para esse fim, acredito que para derrubar essa barreira haverá muita resistência, mas é nosso dever como futuros professores, procurar direcionar nossos ensinamentos naquilo que realmente é comprovadamente a verdade dos fatos.

A verdade é que apenas nas Universidades a Revolução de 1930 é debatida com mais profundidade, cabe a nós como acadêmicos e futuro professores de História expor os fatos contraditórios que envolveram a revolução de 1930 para que o maior número de pessoas tenha conhecimento desses acontecimentos, para que a História de nosso Estado não fique eternamente atrelada a uma revolução ou um golpe de Estado. Como disse o historiador Eric Hobsbawm (1997), “Os Historiadores estão envolvidos nesse processo, visto que contribuem conscientemente ou não para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação, mas também a esfera pública onde o homem atua”.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Ática, 1988.

JOFFILY, J. **Revolta e Revolução – Cinquenta anos depois**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HOBBSBAWM, E. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RÉMOND, R. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, F.E.M. **Parahyba 1930: A Verdade Omitida**. Paraíba: A União, 2008.